

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	19
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.676.938.271
Preferenciais	0
Total	1.676.938.271
Em Tesouraria	
Ordinárias	6.286.200
Preferenciais	0
Total	6.286.200

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	117.155.572	115.266.435
1.01	Ativo Circulante	16.407.293	20.655.171
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.444.230	6.187.360
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	78.192	98.937
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	2.366.038	6.088.423
1.01.02	Aplicações Financeiras	953	30.109
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	953	30.109
1.01.03	Contas a Receber	8.192.497	8.064.097
1.01.04	Estoques	797.327	632.514
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.738.224	4.081.157
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.738.224	4.081.157
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	440.111	376.750
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.298.113	3.704.407
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.592.552	1.004.786
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	641.510	655.148
1.01.08.03	Outros	641.510	655.148
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	215.572	218.536
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	19.388	6.451
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	89.445	105.876
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	51.125	12.396
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	42.956	90.538
1.01.08.03.06	Outros Ativos	223.024	221.351
1.02	Ativo Não Circulante	100.748.279	94.611.264
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.822.618	5.418.518
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	36.550	37.044
1.02.01.04	Contas a Receber	422.536	470.882
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	679.828	442.263
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	340.637	332.721
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.343.067	4.135.608
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	1.403.975	1.340.869
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.563.724	2.560.421
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	212.039	54.433
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	4.655	4.570
1.02.01.10.07	Outros Ativos	155.982	172.623
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.692	2.692
1.02.02	Investimentos	6.317.682	707.008
1.02.02.01	Participações Societárias	6.317.682	707.008
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.980.146	350.718
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	337.238	355.941
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	298	349
1.02.03	Imobilizado	44.816.261	44.387.672
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.248.322	31.976.101
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.975.054	10.743.520
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.592.885	1.668.051
1.02.04	Intangível	43.791.718	44.098.066

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	117.155.572	115.266.435
2.01	Passivo Circulante	24.103.328	22.321.331
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	937.699	848.819
2.01.01.01	Obrigações Sociais	548.640	370.247
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	389.059	478.572
2.01.02	Fornecedores	8.235.851	7.085.058
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.315.488	1.465.039
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	341.962	315.182
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.285	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	326.677	315.182
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	936.714	1.112.608
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	36.812	37.249
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.463.237	6.903.208
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.314.303	2.970.948
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.279.718	2.970.948
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.585	0
2.01.04.02	Debêntures	0	1.028.463
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.148.934	2.903.797
2.01.05	Outras Obrigações	8.336.925	5.321.109
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	125.240	127.729
2.01.05.02	Outros	8.211.685	5.193.380
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.196.255	4.265.715
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	113.779	4.538
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	572.591	599.873
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	19.946	19.946
2.01.05.02.07	Outros Passivos	309.114	303.308
2.01.06	Provisões	814.128	698.098
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	814.128	698.098
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	8	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	202.005	204.279
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	329.574	293.506
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	282.541	200.313
2.02	Passivo Não Circulante	25.022.203	23.017.908
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.179.155	10.021.541
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.566.055	1.704.468
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.510.832	1.704.468
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.055.223	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.613.100	8.317.073
2.02.02	Outras Obrigações	3.906.851	3.068.102
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	990	1.002
2.02.02.02	Outros	3.905.861	3.067.100
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	72.779	69.022
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	2.509.375	1.719.528
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	31.059	21.522
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	650.001	625.263

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	99.639	97.668
2.02.02.02.08	Outros Passivos	543.008	534.097
2.02.03	Tributos Diferidos	4.017.149	4.172.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.017.149	4.172.044
2.02.04	Provisões	5.747.822	5.602.382
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.867.765	4.735.679
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.196.176	2.058.034
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	261.054	259.115
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	706.028	632.599
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.704.507	1.785.931
2.02.04.02	Outras Provisões	880.057	866.703
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	382.717	378.105
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	497.340	488.598
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	171.226	153.839
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	171.226	153.839
2.03	Patrimônio Líquido	68.030.041	69.927.196
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	443.244	754.443
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-313.381	-606.536
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	693.551	1.297.905
2.03.04	Reservas de Lucros	3.539.048	5.533.180
2.03.04.01	Reserva Legal	3.385.302	3.385.302
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	153.746	119.354
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	2.028.524
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	424.494	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	51.839	68.157

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.225.111	22.428.786	10.574.589	21.353.567
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.179.420	-12.532.855	-5.972.557	-11.831.759
3.03	Resultado Bruto	5.045.691	9.895.931	4.602.032	9.521.808
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.635.093	-7.054.256	-2.835.293	-6.213.912
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.975.536	-5.870.117	-2.951.321	-5.899.845
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-662.447	-1.286.138	-594.879	-1.237.813
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	354.503	648.511	1.789.631	2.072.701
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-331.286	-539.999	-1.096.605	-1.165.914
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.327	-6.513	17.881	16.959
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.410.598	2.841.675	1.766.739	3.307.896
3.06	Resultado Financeiro	-584.002	-1.114.721	-157.823	-471.926
3.06.01	Receitas Financeiras	452.500	798.544	724.001	838.098
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.036.502	-1.913.265	-881.824	-1.310.024
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	826.596	1.726.954	1.608.916	2.835.970
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-63.924	-208.068	-263.971	-548.890
3.08.01	Corrente	-126.912	-364.354	2.044	-835
3.08.02	Diferido	62.988	156.286	-266.015	-548.055
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	762.672	1.518.886	1.344.945	2.287.080
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	762.672	1.518.886	1.344.945	2.287.080
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,45592	0,90716	0,79733	1,35628
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,45592	0,90716	0,79733	1,35628

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	762.672	1.518.886	1.344.945	2.287.080
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20.930	-16.318	-28.756	-13.354
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	25.725	4.141	-19.653	-6.153
4.02.02	Tributos	-8.747	-1.408	6.682	2.092
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	4.006	-19.017	-15.699	-9.178
4.02.04	Perdas não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	-81	-51	-130	-174
4.02.05	Tributos	27	17	44	59
4.03	Resultado Abrangente do Período	783.602	1.502.568	1.316.189	2.273.726

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.990.805	8.588.017
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.108.663	11.309.848
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.726.954	2.835.970
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.999.499	5.914.668
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.032	15.260
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	373.183	607.103
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.513	-16.959
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-339.333	-233.016
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	672.458	733.088
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	366.368	170.684
6.01.01.10	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	11.195	21.692
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	20.499	30.545
6.01.01.12	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	331.360	849.699
6.01.01.13	Outros	-8.136	-21.175
6.01.01.14	Despesas de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos, Operações com Derivativos, Licenças 5	941.071	402.289
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.117.858	-2.721.831
6.01.02.01	Contas a Receber	-757.438	-451.814
6.01.02.02	Estoques	-176.007	-63.063
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	310.452	-2.258.546
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-474.681	-450.424
6.01.02.05	Outros Ativos	74.863	-1.432
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	98.416	68.275
6.01.02.07	Fornecedores	355.430	605.477
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	1.024.307	761.762
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis, Regulatórias e Multas por Cancelamentos d	-507.962	-556.965
6.01.02.10	Outros Passivos	-7.317	76.516
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G, Retenção Contrat	-772.719	-396.319
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-285.202	-55.298
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.614.694	-3.827.770
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-4.008.500	-4.130.713
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	394.611	247.410
6.02.03	Resgate Líquido de Depósitos Judiciais	73.334	69.733
6.02.04	Pagamento por Aquisição de Investimentos e Aporte de Capital em Controlada	-5.074.139	-6.000
6.02.06	Concessões de empréstimos a controlada	0	-8.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.119.241	-2.189.939
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G, Ret Contratuais	-4.774.315	-2.039.964
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	33.916	20.000
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-65.011	-26.417

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.04	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-450	-295
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	-313.381	-143.263
6.03.08	Ingressos de empréstimos	1.000.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.743.130	2.570.308
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.187.360	5.517.354
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.444.230	8.087.662

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-311.199	-2.028.524	-1.060.000	0	-3.399.723
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.060.000	0	-1.060.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2021	0	0	-2.028.524	0	0	-2.028.524
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-313.381	0	0	0	-313.381
5.04.14	Efeitos de Equivalência Patrimonial na FiBrasil	0	2.182	0	0	0	2.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.518.886	-16.318	1.502.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.518.886	0	1.518.886
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.318	-16.318
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.392	-34.392	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	34.392	-34.392	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	443.244	3.539.048	424.494	51.839	68.030.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-143.277	-1.587.518	-1.330.000	0	-3.060.795
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.330.000	0	-1.330.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2020	0	0	-1.587.518	0	0	-1.587.518
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-143.263	0	0	0	-143.263
5.04.11	Transações de Capital	0	-14	0	0	0	-14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.287.080	-13.354	2.273.726
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.287.080	0	2.287.080
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-13.354	-13.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.413	-9.413	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	9.413	-9.413	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.038.986	3.159.092	947.667	52.534	68.769.695

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	29.048.409	29.451.916
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28.709.144	27.803.393
7.01.02	Outras Receitas	1.011.723	2.381.611
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-672.458	-733.088
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.660.654	-10.846.069
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.271.936	-6.759.399
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.712.775	-4.290.483
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	324.057	203.813
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.387.755	18.605.847
7.04	Retenções	-5.999.499	-5.914.668
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.999.499	-5.914.668
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.388.256	12.691.179
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	792.031	855.057
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.513	16.959
7.06.02	Receitas Financeiras	798.544	838.098
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.180.287	13.546.236
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.180.287	13.546.236
7.08.01	Pessoal	2.643.064	2.309.352
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.815.375	1.568.727
7.08.01.02	Benefícios	722.198	637.897
7.08.01.03	F.G.T.S.	105.491	102.728
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.531.673	7.096.217
7.08.02.01	Federais	2.077.111	2.542.802
7.08.02.02	Estaduais	4.342.130	4.422.162
7.08.02.03	Municipais	112.432	131.253
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.486.664	1.853.587
7.08.03.01	Juros	1.879.017	1.271.965
7.08.03.02	Aluguéis	607.647	581.622
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.518.886	2.287.080
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.060.000	1.330.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	458.886	957.080

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	120.009.777	115.663.533
1.01	Ativo Circulante	17.801.442	21.060.168
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.131.411	6.448.483
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	89.097	103.541
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	3.042.314	6.344.942
1.01.02	Aplicações Financeiras	953	30.109
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	953	30.109
1.01.03	Contas a Receber	8.563.163	8.100.269
1.01.04	Estoques	800.917	639.825
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.773.605	4.098.555
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.773.605	4.098.555
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	450.783	382.386
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.322.822	3.716.169
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.741.556	1.006.425
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	789.837	736.502
1.01.08.03	Outros	789.837	736.502
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	258.430	301.427
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	19.388	6.451
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	90.547	106.963
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	42.956	90.538
1.01.08.03.06	Outros Ativos	378.516	231.123
1.02	Ativo Não Circulante	102.208.335	94.603.365
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.418.343	5.734.277
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	36.743	37.238
1.02.01.04	Contas a Receber	422.536	470.882
1.02.01.07	Tributos Diferidos	357.822	121.748
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	357.822	121.748
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	724.401	442.268
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	360.010	364.861
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.516.831	4.297.280
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	1.410.034	1.340.872
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.730.724	2.724.215
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	212.039	54.433
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	4.700	4.613
1.02.01.10.07	Outros Ativos	156.642	170.455
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.692	2.692
1.02.02	Investimentos	337.535	356.290
1.02.02.01	Participações Societárias	337.535	356.290
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	337.237	355.941
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	298	349
1.02.03	Imobilizado	45.598.754	44.408.491
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.356.991	31.988.468
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.646.068	10.752.785
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.595.695	1.667.238
1.02.04	Intangível	49.853.703	44.104.307

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	120.009.777	115.663.533
2.01	Passivo Circulante	25.587.690	22.459.398
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	993.748	888.324
2.01.01.01	Obrigações Sociais	589.364	397.906
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	404.384	490.418
2.01.02	Fornecedores	8.489.547	7.132.402
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.389.448	1.488.225
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	377.685	331.414
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.151	3.068
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	351.534	328.346
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	967.218	1.113.744
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	44.545	43.067
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.605.603	6.906.892
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.314.303	2.970.948
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.279.718	2.970.948
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.585	0
2.01.04.02	Debêntures	0	1.028.463
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.291.300	2.907.481
2.01.05	Outras Obrigações	8.547.211	5.341.241
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	140.260	134.221
2.01.05.02	Outros	8.406.951	5.207.020
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.196.255	4.265.715
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	113.779	4.538
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	761.545	604.646
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	19.946	19.946
2.01.05.02.07	Outros Passivos	315.426	312.175
2.01.06	Provisões	1.562.133	702.314
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	817.431	702.314
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	8	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	204.833	206.279
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	330.049	295.722
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	282.541	200.313
2.01.06.02	Outras Provisões	744.702	0
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	66.803	0
2.01.06.02.06	Provisão de Multa para Cancelamento de Contratos de Arrendamentos	677.899	0
2.02	Passivo Não Circulante	26.336.374	23.197.939
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.777.001	10.027.086
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.566.055	1.704.468
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.510.832	1.704.468
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.055.223	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	9.210.946	8.322.618
2.02.02	Outras Obrigações	4.045.086	3.124.017
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	3.640
2.02.02.02	Outros	4.045.086	3.120.377

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	72.779	69.022
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	2.642.605	1.771.185
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	31.102	21.533
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	655.329	629.871
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	99.639	97.668
2.02.02.02.08	Outros Passivos	543.632	531.098
2.02.03	Tributos Diferidos	4.017.149	4.172.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.017.149	4.172.044
2.02.04	Provisões	6.325.777	5.720.928
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.984.022	4.854.225
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.287.405	2.147.369
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	280.354	280.676
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	711.756	640.249
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.704.507	1.785.931
2.02.04.02	Outras Provisões	1.341.755	866.703
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	382.717	378.105
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	959.038	488.598
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	171.361	153.864
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	171.361	153.864
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	68.085.713	70.006.196
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	443.244	754.443
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-313.381	-606.536
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	693.551	1.297.905
2.03.04	Reservas de Lucros	3.539.048	5.533.180
2.03.04.01	Reserva Legal	3.385.302	3.385.302
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	153.746	119.354
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	2.028.524
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	424.494	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	51.839	68.157
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	55.672	79.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.831.309	23.182.929	10.649.481	21.498.420
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.667.409	-13.127.783	-6.004.595	-11.905.066
3.03	Resultado Bruto	5.163.900	10.055.146	4.644.886	9.593.354
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.686.595	-7.144.416	-2.868.045	-6.264.841
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.027.734	-5.923.304	-2.952.886	-5.912.366
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-676.395	-1.314.140	-606.229	-1.258.457
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	357.069	650.247	1.789.629	2.072.318
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-335.451	-549.350	-1.099.514	-1.169.267
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.084	-7.869	955	2.931
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.477.305	2.910.730	1.776.841	3.328.513
3.06	Resultado Financeiro	-601.065	-1.125.051	-157.351	-471.926
3.06.01	Receitas Financeiras	474.050	832.890	726.354	843.775
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.075.115	-1.957.941	-883.705	-1.315.701
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	876.240	1.785.679	1.619.490	2.856.587
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130.610	-290.121	-274.545	-569.507
3.08.01	Corrente	-171.697	-418.390	-5.493	-17.103
3.08.02	Diferido	41.087	128.269	-269.052	-552.404
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	745.630	1.495.558	1.344.945	2.287.080
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	745.630	1.495.558	1.344.945	2.287.080
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	762.672	1.518.886	1.344.945	2.287.080
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-17.042	-23.328	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	745.630	1.495.558	1.344.945	2.287.080
4.02	Outros Resultados Abrangentes	20.930	-16.318	-28.756	-13.354
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	25.725	4.141	-19.653	-6.153
4.02.02	Tributos	-8.747	-1.408	6.682	2.092
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	4.006	-19.017	-15.699	-9.178
4.02.04	Perdas não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	-81	-51	-130	-174
4.02.05	Tributos	27	17	44	59
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	766.560	1.479.240	1.316.189	2.273.726
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	783.602	1.502.568	1.316.189	2.273.726
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-17.042	-23.328	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2022 à 30/06/2022	01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.152.101	8.656.468
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.476.868	11.370.100
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.785.679	2.856.587
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	6.171.077	5.918.718
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.032	15.260
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	379.784	608.205
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.869	-2.931
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-339.449	-232.475
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	699.522	743.634
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	447.697	178.326
6.01.01.10	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	13.014	21.864
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	21.217	31.544
6.01.01.12	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	329.454	850.954
6.01.01.13	Outros	-8.136	-22.002
6.01.01.14	Despesas de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos, Operações com Derivativos, Licenças 5	962.108	402.416
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.324.767	-2.713.632
6.01.02.01	Contas a Receber	-724.102	-465.886
6.01.02.02	Estoques	-174.107	-64.387
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	287.573	-2.261.333
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-478.415	-450.614
6.01.02.05	Outros Ativos	-71.884	-1.505
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	114.992	72.983
6.01.02.07	Fornecedores	311.507	644.998
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	958.321	767.285
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis, Regulatórias e Multas por Cancelamentos d	-549.219	-563.245
6.01.02.10	Outros Passivos	114.495	74.074
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G, Retenção Contrat	-780.521	-396.334
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-333.407	-69.668
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.370.199	-3.815.379
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-4.011.061	-4.132.351
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	392.764	247.410
6.02.03	Resgate Líquido de Depósitos Judiciais	74.630	69.562
6.02.04	Pagamento por Aquisição de Investimentos e Aporte de Capital em Controlada	-4.890.588	0
6.02.05	Caixa e Equivalentes de Caixa por Aquisições ou Incorporações de Sociedades	64.056	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.098.974	-2.190.549
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G, Ret Contratuais	-4.805.048	-2.040.574
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	33.916	20.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-65.011	-26.417
6.03.04	Pagamento de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-450	-295
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	-313.381	-143.263
6.03.06	Recebimento de Recursos para Aumento de Capital em Controladas por Outros Acionistas	51.000	0
6.03.08	Ingressos de empréstimos	1.000.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.317.072	2.650.540
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.448.483	5.762.081
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.131.411	8.412.621

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196	79.000	70.006.196
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196	79.000	70.006.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-311.199	-2.028.524	-1.060.000	0	-3.399.723	0	-3.399.723
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.060.000	0	-1.060.000	0	-1.060.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2021	0	0	-2.028.524	0	0	-2.028.524	0	-2.028.524
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-313.381	0	0	0	-313.381	0	-313.381
5.04.14	Efeitos de Equivalência Patrimonial na FiBrasil	0	2.182	0	0	0	2.182	0	2.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.518.886	-16.318	1.502.568	-23.328	1.479.240
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.518.886	0	1.518.886	-23.328	1.495.558
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.318	-16.318	0	-16.318
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.392	-34.392	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	34.392	-34.392	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	443.244	3.539.048	424.494	51.839	68.030.041	55.672	68.085.713

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-143.277	-1.587.518	-1.330.000	0	-3.060.795	0	-3.060.795
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.330.000	0	-1.330.000	0	-1.330.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2020	0	0	-1.587.518	0	0	-1.587.518	0	-1.587.518
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-143.263	0	0	0	-143.263	0	-143.263
5.04.11	Transações de Capital	0	-14	0	0	0	-14	0	-14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.287.080	-13.354	2.273.726	0	2.273.726
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.287.080	0	2.287.080	0	2.287.080
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-13.354	-13.354	0	-13.354
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.413	-9.413	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	9.413	-9.413	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.038.986	3.159.092	947.667	52.534	68.769.695	0	68.769.695

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	29.944.653	29.617.614
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.627.384	27.975.439
7.01.02	Outras Receitas	1.016.791	2.385.809
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-699.522	-743.634
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.137.394	-10.879.431
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.741.258	-6.795.608
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.718.184	-4.286.922
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	322.048	203.099
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.807.259	18.738.183
7.04	Retenções	-6.171.077	-5.918.718
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.171.077	-5.918.718
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.636.182	12.819.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	825.021	846.706
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.869	2.931
7.06.02	Receitas Financeiras	832.890	843.775
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.461.203	13.666.171
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.461.203	13.666.171
7.08.01	Pessoal	2.744.674	2.369.878
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.879.911	1.609.608
7.08.01.02	Benefícios	753.331	654.093
7.08.01.03	F.G.T.S.	111.432	106.177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.688.151	7.149.476
7.08.02.01	Federais	2.216.978	2.590.883
7.08.02.02	Estaduais	4.345.315	4.423.437
7.08.02.03	Municipais	125.858	135.156
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.532.820	1.859.737
7.08.03.01	Juros	1.921.595	1.277.104
7.08.03.02	Aluguéis	611.225	582.633
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.495.558	2.287.080
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.060.000	1.330.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	458.886	957.080
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-23.328	0

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2T22	2T21	Δ% a/a	6M22	6M21	Δ% a/a
RECEITA LÍQUIDA MÓVEL	8.110	6.990	16,0	15.691	14.138	11,0
Receita de Serviço Móvel	7.415	6.441	15,1	14.288	12.944	10,4
Pós-pago	5.968	5.217	14,4	11.562	10.499	10,1
Pré-pago	1.447	1.224	18,3	2.727	2.445	11,5
Receita de Aparelhos	695	550	26,4	1.403	1.194	17,5

Performance excepcional da **Receita de Serviço Móvel** com crescimento de 15,1% a/a. Excluindo o efeito da aquisição da Oi Móvel, o aumento seria de 9,4% a/a. A **Receita de Pós-pago**, que representa 80% da receita de serviço móvel, cresceu 14,4% a/a devido ao incremento expressivo da base de clientes e aos reajustes anuais de preço. No último trimestre, incorporamos 4.671 mil acessos pós-pago com a aquisição da Oi Móvel. Além do crescimento inorgânico da base, adicionamos 1.361 mil acessos pós-pago de forma orgânica nos últimos 3 meses, tanto pela migração de pré-pago para controle, quanto pelo saldo positivo de portabilidade de outras operadoras. O *churn* mensal pós-pago (ex-M2M) se manteve em níveis mínimos históricos, em 1,1%.

A **Receita de Pré-pago** aumentou 18,3% na comparação anual em função do aumento da base de clientes com inclusão dos acessos da Oi Móvel e da maior recorrência nas recargas.

O amplo portfólio de smartphones e acessórios, em conjunto com a experiência de compra nas lojas da Vivo, contribuiu para um incremento de 26,4% na **Receita de Aparelhos** em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

NEGÓCIO FIXO

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2T22	2T21	Δ% a/a	6M22	6M21	Δ% a/a
RECEITA LÍQUIDA FIXA	3.721	3.659	1,7	7.492	7.361	1,8
Receita core fixa ¹	2.729	2.462	10,8	5.433	4.878	11,4
FTTx	1.458	1.317	10,6	2.895	2.629	10,1
FTTH	1.314	1.062	23,7	2.585	2.072	24,8
IPTV	366	343	6,7	750	668	12,3
Dados Corporativos, TIC e outros	905	802	12,9	1.787	1.581	13,0
Receita não-core fixa ²	992	1.197	(17,1)	2.059	2.483	(17,1)
Receita core fixa ¹ / Receita Líquida Fixa	73,3%	67,3%	6,0 p.p.	72,5%	66,3%	6,2 p.p.
Receita não-core fixa ² / Receita Líquida Fixa	26,7%	32,7%	(6,0) p.p.	27,5%	33,7%	(6,2) p.p.

A Receita Líquida Fixa cresceu 1,7% a/a, impulsionada pela maior representatividade da Receita Core Fixa (+10,8% a/a), que corresponde a 73,3% (+6,0 p.p.) da receita líquida fixa. A contribuição do negócio fixo para o crescimento de receita total da Companhia é uma mudança estrutural de nosso mix de receitas, resultado da decisão estratégica de focar os investimentos em tecnologias mais avançadas, como fibra e serviços digitais B2B.

A receita de FTTx aumentou 10,6% a/a no 2T22, impulsionada pelo desempenho da Receita de FTTH (+23,7% a/a). Durante os últimos doze meses, nossa rede de fibra até a casa do cliente chegou a mais 61 novas cidades, adicionando 3,7 milhões de casas passadas e 1,0 milhões de casas conectadas. Essa velocidade na expansão da nossa rede e na conexão de clientes nos permite manter o forte crescimento da receita de fibra.

A Receita de IPTV, produto associado à conectividade de fibra, avançou 6,7% a/a no 2T22, mesmo com uma ligeira redução da base de acessos (-3,0% a/a).

Comentário do Desempenho

A sólida performance da Receita de Dados Corporativos, TIC e outros, de 12,9% a/a no trimestre, é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de cloud, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros, nos permitindo auxiliar empresas de diversos portes a digitalizarem suas operações. Para mais detalhes sobre a performance de B2B digital.

CUSTOS

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2T22	2T21	Δ% a/a	6M22	6M21	Δ% a/a
CUSTOS TOTAIS	(7.253)	(5.860)	23,8	(14.093)	(12.254)	15,0
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS	(2.188)	(1.883)	16,3	(4.300)	(3.799)	13,2
Serviços	(1.354)	(1.167)	16,0	(2.587)	(2.311)	12,0
Produtos Vendidos	(834)	(715)	16,7	(1.712)	(1.488)	15,1
CUSTOS DA OPERAÇÃO	(5.064)	(3.978)	27,3	(9.794)	(8.455)	15,8
Pessoal	(1.193)	(993)	20,1	(2.301)	(2.006)	14,7
Comerciais e Infraestrutura	(3.264)	(3.041)	7,3	(6.333)	(6.052)	4,6
Provisão para Devedores Duvidosos	(344)	(380)	(9,3)	(700)	(744)	(5,9)
Gerais e Administrativas	(285)	(254)	12,3	(561)	(557)	0,7
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	22	690	(96,9)	101	903	(88,8)

Os Custos Totais, excluindo gastos com Depreciação e Amortização, foram de R\$ 7.253 milhões no trimestre, um aumento de 12,9% no ano, ligeiramente acima da inflação (IPCA-12M), que registrou alta de 11,9%.

CUSTOS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS

O Custo dos Serviços e Produtos Vendidos cresceu 16,3% a/a, em função das maiores receitas com serviços digitais e venda de aparelhos e acessórios.

- **SERVIÇOS** – aumento de 16,0% a/a no 2T22, refletindo a maior receita com venda de licenças e serviços para empresas, aumento de despesas com Fistel, relacionadas ao aumento da base de clientes, além da aceleração das vendas de conteúdos digitais.
- **PRODUTOS VENDIDOS** – incremento de 16,7% em relação ao 2T21, relacionado ao forte desempenho em venda de aparelhos e acessórios.

CUSTOS DA OPERAÇÃO

Os Custos da Operação apresentaram crescimento de 27,3% a/a, devido principalmente ao reconhecimento de efeitos no 2T21.

- **PESSOAL** – aumento de 20,1% a/a no 2T22, em função do reajuste anual de salários, maiores despesas com remuneração variável e contratação de novos colaboradores.
- **COMERCIAIS E INFRAESTRUTURA** – incremento de 7,3% quando comparado ao 2T21, devido às maiores despesas com publicidade, manutenção e uso de redes. Essas despesas foram parcialmente compensadas pela maior adoção de canais digitais, os quais têm menores comissões, e pela digitalização do atendimento, faturamento, cobrança e arrecadação.
- **PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS** – reduziu 9,3% a/a e encerrou o 2T22 em R\$ 344 milhões, representando 2,9% da Receita Bruta (-0,7 p.p. a/a). A essencialidade do serviço de conectividade faz com que os clientes priorizem o pagamento de suas contas com a Vivo. Esse comportamento, em conjunto com a execução de ações de crédito e cobrança, contribui para a redução na provisão para devedores duvidosos.

Comentário do Desempenho

- GERAIS E ADMINISTRATIVAS – aumento de 12,3% a/a no trimestre, devido às maiores despesas com serviços de terceiros.
- OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS – apresentaram redução de R\$ 668 milhões na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, devido principalmente ao efeito líquido positivo de R\$ 563 milhões no 2T21, correspondente a temas tributários extraordinários e a contingências regulatórias.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A Depreciação e Amortização aumentou 2,8% em comparação ao 2T21, devido ao início da amortização das licenças de espectro adquiridas no 4T21 e dos ativos adquiridos da Oi Móvel.

RESULTADO FINANCEIRO

No 2T22, o Resultado Financeiro registrou uma despesa líquida de R\$ 601 milhões (+282,1% a/a), devido ao maior endividamento médio por aquisição das licenças 5G no final de 2021, aumento da taxa de juros no período, e dos contratos reconhecidos como leasing em função do IFRS16. Além disso, no 2T21 o resultado financeiro foi positivamente impactado por um efeito relativo à decisão judicial sobre o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição de PIS/COFINS.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos realizados no 2T22 alcançaram R\$ 2.575 milhões (+14,4% a/a), o que representa 21,8% da Receita Operacional Líquida do trimestre, um aumento de 0,6 p.p. na comparação anual. Os investimentos foram direcionados ao reforço da nossa rede móvel, com destaque para a preparação da rede para ativação do 5G nas capitais e a incorporação dos acessos da Oi Móvel, além do investimento na expansão da rede de fibra.

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta (ex-Arendamento) da Companhia atingiu R\$ 3.880 milhões ao final do 2T22, sendo 28% denominada em moeda estrangeira. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge). O endividamento teve aumento de 62,9% a/a em função do passivo financeiro atrelado às Licenças 5G adquiridas em leilão da ANATEL e empréstimo bilateral captado em Abril de 2022. Considerando Caixa e Aplicações e Derivativos, a Companhia registrou dívida líquida de R\$ 723 milhões no dia 30 de junho de 2022. Se incluído o efeito do arrendamento, a dívida líquida atingiu R\$ 13.226 milhões ao final do 2T22.

NEGÓCIOS DIGITAIS

Com base no pilar estratégico **#temtudo na Vivo**, seguimos avançando **no desenvolvimento de um ecossistema com parceiros relevantes** para alavancar a nossa consolidação como hub de serviços digitais.

Comentário do Desempenho

B2C

SERVIÇOS FINANCEIROS

O **Vivo Money**, nosso serviço de crédito pessoal para clientes pós-pago e controle, encerrou o mês de junho de 2022 com mais **R\$ 80 milhões de crédito concedido** desde o seu lançamento. O valor mensal de crédito originado aumentou em 6,7x em relação ao 2T21 e o número mensal de novos contratos cresceu 4,5x em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

ENTRETENIMENTO

A Vivo possui parceria com os **melhores OTTs do mercado**, como Netflix, Disney+, Amazon Prime Video, Spotify e Tidal, para complementar as ofertas móveis e de fibra e facilitar o acesso dos nossos clientes a esses conteúdos. Encerramos junho de 2022 com **1,7 milhão de assinantes** de plataformas de conteúdo, com crescimento de 58% a/a.

VIVAE

Vivo e Ânima constituíram uma *joint-venture* na área de educação, denominada VivaE. Por meio desta empresa, Vivo e a Ânima têm por intuito operacionalizar uma **plataforma digital de educação** com cursos livres de capacitação, com foco em **educação continuada e empregabilidade** em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo. A diretoria e a equipe da VivaE já foram definidas e teremos o lançamento de um produto mínimo viável (MVP) no segundo semestre de 2022.

VIVO VENTURES

O **Vivo Ventures**, fundo de Corporate Venture Capital, mapeou, para possível investimento, 20 empresas com soluções inovadoras que podem acelerar o crescimento do ecossistema B2C da Companhia. O Vivo Ventures prevê um aporte estimado de **R\$ 320 milhões**, que serão investidos ao longo de seus 5 primeiros anos.

B2B

As empresas do Brasil estão caminhando em direção à digitalização, e a Vivo oferece serviços que vão além da conectividade, formando um ecossistema de serviços digitais composto por serviços de **cloud, cibersegurança, IoT, big data, mensageria, venda e aluguel de equipamentos de TI**, entre outros.

Nos últimos 12 meses, os serviços digitais para empresas geraram cerca de **R\$ 2,3 bilhões** em receitas para a Companhia (+36% a/a). Destaque para as soluções voltadas ao agronegócio, como o uso de IoT para monitoramento de áreas rurais extensas e para o gerenciamento de gado e plantações em tempo real.

ASG - Ambiental, Social e Governança

A Telefônica Brasil apresenta uma estratégia ASG que visa assegurar o compromisso em crescer de maneira sustentável com ética e integridade. Esta estratégia possui 6 pilares de atuação com mais de 100 indicadores monitorados através do Plano de Negócio Responsável (PNR). O PNR é aprovado pelo Conselho de Administração e é composto por metas (2021 – 2024) transversais a toda a companhia, que promovem o crescimento responsável da empresa e contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030. Este plano endereça os temas mais relevantes, atuais e futuros, nas dimensões ambiental, social e de governança.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; e (v) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 30 de junho de 2022, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 74,20% (73,58% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) e (v) Serviço Limitado Privado ("SLP") em todo o território brasileiro, por meio de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472/1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

Antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de uso de espectro de radiofrequências eram comumente concedidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogações sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogações sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abarcadas pelo referido regime.

O Decreto definiu, ainda, as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de prorrogação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.

Notas Explicativas

Atualmente, a cada biênio, após a primeira prorrogação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita auferida através da prestação do SMP no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar somente o equivalente a 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixou novos critérios para os custos de prorrogação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.

Prorrogações das autorizações das faixas em 850 MHz

Ao deliberar sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 30 de setembro de 2020, que (i) a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação ("SOR") tratasse dos pedidos de prorrogação das autorizações de uso de radiofrequências vigentes nas subfaixas A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e regulamentares; e que (ii) o valor devido pela prorrogação deveria ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir, segundo a ANATEL, o real valor econômico (valor de mercado) das faixas.

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, até a data de 29 de novembro de 2028, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020. A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, da necessidade de se promover uma reorganização e redimensionamento da canalização da faixa. Já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (ônus bianual e Resolução nº 695/2018, que aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências ("RPPDUR")) foi decidido sob a alegação de que os instrumentos regulatórios atuais não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, determinou à ANATEL que o pagamento pela autorização fosse realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes sua quitação em forma de investimentos. Analogamente, a ANATEL prorrogou o prazo de vigência das autorizações do direito de uso de radiofrequências referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz na área de prestação equivalente ao Distrito Federal, associadas ao Termo de Autorização nº 003/2006/PVCP/SPV-ANATEL, nos mesmos moldes estabelecidos na prorrogação das autorizações no Estado do Rio de Janeiro, em termos de prazo e condições de pagamento.

A Companhia e outras prestadoras recorreram de algumas condições para a renovação da licença, incluindo os critérios de avaliação e certas obrigações. A ANATEL negou provimento aos recursos e enviou o processo ao Tribunal de Contas da União para ratificação dos cálculos referentes ao valor devido pela prorrogação. O processo segue atualmente sob análise daquela Corte de Contas. Os Termos de Autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

Leilões das Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos de Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências Associadas ao SMP n.º 86, 87 e 88/2021 ("Termos"), nas subfaixas de radiofrequências de 2.300 MHz a 2.390 MHz, 3.300 MHz a 3.700 MHz e 24,3 GHz a 27,5 GHz, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia de quinta geração ("5G"), realizados pela ANATEL nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, dos quais a Companhia foi a vencedora.

Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a contar de 8 de dezembro de 2021, data de publicação dos extratos presentes dos Termos no Diário Oficial da União ("DOU"), a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, expedidas pelos Termos n.º 78/2012/PVCP/SPV-ANATEL, n.º 05/2010/PVCP/SPV-ANATEL e n.º 06/2010/PVCP/SPV-ANATEL, prorrogáveis, sucessivamente, a título oneroso, nos termos da Lei nº 9.472/1997.

Notas Explicativas

Em conformidade com os trâmites estabelecidos no âmbito do Edital de Licitação, as operadoras vencedoras constituíram conjuntamente a Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz ("EAF"). De maneira similar, foi constituída por parte das prestadoras vencedoras a Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Como requisito para obtenção das referidas autorizações, a Telefônica, assim como as demais prestadoras de serviços de telecomunicações vencedoras do processo licitatório, assumiu uma série de compromissos distintos. Para as faixas de espectro de 2,3 GHz e 3,5 GHz, tais obrigações incluem compromissos de cobertura e implantação de rede *backbone* de fibra óptica em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura de conectividade. Além disso, as licitantes vencedoras da faixa de 3,5 GHz devem financiar todas as atividades relacionadas à migração dos serviços de TV via satélite da banda C para a banda Ku (notadamente a migração das TVROs e mitigação das interferências nos sistemas FSS), à construção de 6 (seis) infovias de alta capacidade com o lançamento de cabos subfluviais para o Programa Amazônia Integrada e Sustentável ("PAIS") e à implantação de redes privadas (fixa e móvel) de comunicação reservadas à Administração Pública Federal, cabendo à EAF a execução das referidas atividades. Os vencedores das faixas de espectro de 26 GHz, por sua vez, precisarão financiar as atividades da EACE, voltadas a projetos de conectividade em Banda Larga de escolas públicas a serem selecionadas em todo o país.

As informações sobre as autorizações para uso de faixas de radiofrequência para o SMP, outorgadas para a Companhia são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

c) Eventos societários em 2022

c.1) Constituição de *Joint-Venture* de Educação Digital

Em 8 de abril de 2022 a Companhia e a Ânima Holding S.A. ("Ânima Educação") formalizaram a criação da VivaE Educação Digital S.A., *joint-venture* na área de educação digital.

Nesta mesma data, após o cumprimento de determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação da operação, com trânsito em julgado, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE), foram celebrados documentos societários e acordos comerciais para início da operação da *joint-venture*, que oferecerá cursos livres de capacitação com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo, ofertando aos seus clientes trilhas personalizadas, com conteúdo atual e aderente à demanda do mercado de trabalho contemporâneo, tudo por meio de uma plataforma digital de educação. Ao associar o *know-how* da Ânima Educação em fornecer cursos na modalidade digital à capacidade de distribuição em escala da Companhia, a *joint-venture* tem o objetivo de alavancar o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da condição de vida dos seus estudantes.

A *joint-venture* foi constituída em 8 de abril de 2022, com a participação societária de 50% pela Companhia e 50% pela Ânima Educação, com a realização, nesta mesma data, de aportes de R\$6.000 cada.

c.2) Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi

A Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 20 de abril de 2022, a Companhia, como uma das compradoras, e a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (sucessora por incorporação da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial) ("Oi") como vendedora, efetivou a aquisição objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 28 de janeiro de 2021, conforme aditado ("Contrato"), por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da sociedade denominada Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Garliava"), para a qual foi contribuída a parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia no âmbito do Plano de Segregação e Divisão anexo ao Contrato ("UPI Ativos Móveis - Telefônica").

Esta aquisição estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo a ANATEL e o CADE. Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL concedeu anuência prévia mediante imposição de condicionantes ("Ato de Anuência") para as operações contempladas no Contrato. Em 9 de fevereiro de 2022, o CADE aprovou, de forma condicionada à implementação de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC" e "Aprovação CADE", respectivamente), o ato de concentração nº 08700.000726/2021-08 submetido à sua apreciação em razão da celebração do Contrato.

Notas Explicativas

Em 20 de abril de 2022, a Companhia efetuou um pagamento de R\$4.884.588, sendo retido o montante de R\$488.458, equivalente a 10% deste pagamento. Esta retenção, conforme previsto no Contrato, está sujeita a atualização por 100% do CDI até a data de pagamento e permanecerá retido para garantir eventuais compensações de valores decorrentes de ajuste de preço pós-fechamento e de indenização decorrente de atos remanescentes a serem praticados após o fechamento nos termos do Contrato e poderão ser pagos (no todo ou em parte) em até 120 dias contados da referida data.

Ao preço de aquisição foi acrescido o montante de R\$110.205, também a ser pago à Oi, condicionado ao atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências (dentre outros) nos próximos 12 meses.

Desta forma, o montante total da contraprestação transferida pela aquisição da parcela da UPI Ativos Móveis, ainda sujeito a ajustes, conforme condições definidas em Contrato, é composto da seguinte forma:

Contraprestação em dinheiro pela aquisição	4.884.588
Retenção de 10% sobre o valor pago pela aquisição	488.458
Preço de aquisição, conforme o contrato	5.373.046
Contraprestação contingente	110.205
Contraprestação total transferida	5.483.251

Além disso, a Companhia assinou outros compromissos de pagamentos complementares para a Oi, conforme segue:

- R\$147.551, pagos integralmente em 20 de abril de 2022, referente aos serviços de transição a serem prestados por até 12 meses pela Oi para a Garliava ("Serviços de Transição") necessários à continuidade da operação do negócio de telefonia móvel conferido à Garliava, já refletida a retirada, do escopo do contrato, de custos relacionados a determinados serviços de transição.
- R\$179.000, referente ao valor presente líquido do contrato de capacidade de transmissão de dados na modalidade *take-or-pay*, a ser pago mensalmente, durante o período de 10 anos.

Coube à Companhia o conjunto de ativos que compõe parcela da UPI Ativos Móveis, composto de: (i) Clientes: aproximadamente 12,5 milhões (correspondendo a aproximadamente 30% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis) - de acordo com a base de acessos da Anatel de fevereiro de 2022; (ii) Espectros: 43MHz como média nacional ponderada pela população (46% das radiofrequências da UPI Ativos Móveis); e (iii) Infraestrutura: contratos de uso de 2,7 mil sites de acesso móvel (correspondendo a 19% do total de sites da UPI Ativos Móveis).

Esta transação traz benefícios ao setor de telecomunicações do Brasil, ampliando a capacidade de realização de investimentos e criação de inovações tecnológicas de maneira sustentável e racional, contribuindo para a digitalização do país através da construção e expansão de redes em tecnologias de ponta, como 5G e fibra, o que se traduz em serviços com melhor cobertura e qualidade aos usuários.

Além disso, a transação tem o potencial de gerar sinergias para a Companhia, por meio da otimização de custos operacionais e alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

Com a conclusão da aquisição, a partir de 20 de abril de 2022, a Companhia passou a ser a controladora direta da Garliava. A Garliava tem sede no Brasil e atua na prestação de serviços de telecomunicações, especialmente, Serviço Móvel Pessoal – SMP – e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM; na prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos; no comércio varejista e atacadista especializado de bens e/ou serviços, próprios e de terceiros, de equipamentos de telecomunicações, comunicação, informática e outros, por qualquer meio, inclusive mediante a exploração de quaisquer canais de vendas físicos e/ou remotos, tais como lojas próprias e de terceiros, porta a porta, telefone (*telemarketing*) e *internet*, entre outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Notas Explicativas

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Na data destas informações trimestrais individuais e consolidadas a Companhia encontra-se em fase de finalização do laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation – PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Garliava. Estima-se que esta análise final será concluída assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$1.985.414, bem como o ágio gerado na data da aquisição, sujeitos ainda a ajustes por ocasião da finalização dos trabalhos:

Ativo circulante	565.855	Passivo circulante	1.305.042
Caixa e equivalentes de caixa	64.056	Fornecedores	120.627
Contas a receber	394.894	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.494
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9.988	Impostos, taxas e contribuições	201.636
Despesas antecipadas	96.917	Arrendamentos	131.292
		Provisões	779.691
Ativo não circulante	3.759.894	Receitas diferidas	35.347
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.798	Outras obrigações	34.955
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	264.091		
Despesas antecipadas	43.795	Passivo não circulante	1.035.293
Imobilizado (1)	798.032	Arrendamentos	581.596
Intangível (2)	2.652.178	Provisões (3)	453.697
Valor justo dos ativos adquiridos	4.325.749	Valor justo dos passivos assumidos	2.340.335
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.985.414
		Ágio (5)	3.497.837
		Contraprestação total transferida	5.483.251

(1) Inclui a alocação do valor da menos valia de itens do imobilizado (R\$131.578).

(2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$2.448.448) e a carteira de clientes (R\$110.000).

(3) Refere-se à alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente tributário (R\$453.697).

(4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$154.257).

(5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da Garliava com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais, o qual encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Garliava.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Notas Explicativas

Licenças

O valor justo das licenças foi determinado através do método do fluxo de caixa descontado da Abordagem da Renda, que considera a capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio. A premissa desta abordagem é que o valor de um ativo ou negócio pode ser medido pelo valor presente do benefício econômico líquido (recebimentos de caixa menos despesas de caixa) a ser recebido ao longo de sua vida útil. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$2.448.448, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 10,04 anos, variando de 5 anos até 15 anos.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vida é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de lowa". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$110.000, o qual será amortizado linearmente, conforme a vida útil de cada tipologia de cliente, pelo prazo médio de 6,45 anos, variando de 5 anos até 8 anos.

Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3(R) – Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$453.697, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Outras Informações

Os custos de transação incorridos pela Companhia até o fechamento da transação no dia 20 de abril de 2022, são de aproximadamente R\$49,6 milhões. Estes custos não são considerados componentes da contraprestação transferida, e foram reconhecidos como despesas nos períodos em que os custos foram incorridos.

O valor justo das contas a receber de serviços prestados totaliza R\$394.894, o qual não difere do valor de livros composto por um valor bruto de R\$407.361, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$12.467.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas informações trimestrais consolidadas, a Garliava contribuiu com R\$377.990 de receita operacional líquida e R\$18.934 de lucro líquido para a Companhia.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As informações trimestrais ("ITRs") individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de forma condizente com as deliberações emitidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

Todas as informações relevantes próprias das ITRs individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

b) Bases de preparação e apresentação

As ITRs individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7/CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando-se o método indireto

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs individuais e consolidadas.

Estas ITRs comparam os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de junho de 2022 com 31 de dezembro de 2021.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de julho de 2022.

c) Moeda funcional e de apresentação

As ITRs individuais e consolidadas para os trimestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Bases de consolidação

A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas em controladas e de controle conjunto.

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações sobre as investidas estão apresentadas na nota 12.

Notas Explicativas

e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2021 não foram integralmente repetidas nessas ITRs.

As políticas contábeis adotadas na preparação das ITRs da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das ITRs individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas ITRs devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia e suas controladas na preparação destas ITRs, são os mesmos apresentados nas notas explicativas: contas a receber (nota 5); imposto de renda e contribuição social (nota 8); imobilizado (nota 13); intangível (nota 14); provisões e contingências (nota 20); receita operacional líquida (nota 25); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 32), divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Caixa e contas bancárias (1)	78.192	98.937	89.097	103.541
Aplicações financeiras (2)	2.366.038	6.088.423	3.042.314	6.344.942
Total	2.444.230	6.187.360	3.131.411	6.448.483

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos da controladora e consolidado, incluíam os montantes de R\$52.458 e R\$66.682, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 28).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 30 de junho de 2022, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 98,88% do CDI (100,17% em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Fundo de investimentos - FDIC (1)	953	30.109	953	30.109
Garantia a processos judiciais (2)	36.550	37.044	36.743	37.238
Total	37.503	67.153	37.696	67.347
Circulante	953	30.109	953	30.109
Não circulante	36.550	37.044	36.743	37.238

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 19).

5) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Valores faturados	7.689.891	7.609.896	7.971.357	7.647.516
Valores a faturar (1)	2.385.507	2.274.911	2.456.113	2.304.402
Valores de interconexão (2)	627.634	697.462	671.597	698.361
FIDC Vivo Money	-	-	69.407	25.071
Valores com partes relacionadas (nota 28)	105.859	94.133	70.752	67.137
Contas a receber, bruto	10.808.891	10.676.402	11.239.226	10.742.487
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.193.858)	(2.141.423)	(2.253.527)	(2.171.336)
Contas a receber, líquido	8.615.033	8.534.979	8.985.699	8.571.151
Circulante	8.192.497	8.064.097	8.563.163	8.100.269
Não circulante	422.536	470.882	422.536	470.882

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados líquidos dos ativos contratuais eram de R\$137.575 e R\$147.110, respectivamente.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações.

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Parcela da revenda de mercadorias B2B - 24 meses	241.200	258.751
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	-	29.527
Produto Vivo TECH (1)	445.057	415.653
Valor nominal a receber	686.257	703.931
Receita financeira não realizada	(83.710)	(62.464)
Valor presente a receber	602.547	641.467
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(180.011)	(170.585)
Valor líquido a receber	422.536	470.882

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
A vencer (1)	7.043.625	7.011.357	7.349.352	7.133.696
Vencidas – 1 a 30 dias	979.052	856.384	1.019.164	827.709
Vencidas – 31 a 60 dias	239.433	255.158	258.252	259.641
Vencidas – 61 a 90 dias	112.457	89.594	116.168	88.219
Vencidas – 91 a 120 dias	118.117	112.983	133.263	117.612
Vencidas – mais de 120 dias	122.349	209.503	109.500	144.274
Total	8.615.033	8.534.979	8.985.699	8.571.151

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais.

Notas Explicativas

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.20	(2.049.475)	(2.072.578)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(733.088)	(743.634)
Baixas	779.317	781.606
Saldo em 30.06.21	(2.003.246)	(2.034.606)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões	(692.684)	(692.654)
Baixas	554.507	555.924
Saldo em 31.12.21	(2.141.423)	(2.171.336)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(672.458)	(699.522)
Baixas	620.023	629.798
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	(12.467)
Saldo em 30.06.22	(2.193.858)	(2.253.527)

6) ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Materiais para revenda (1)	807.827	575.059	811.346	583.165
Materiais para consumo	39.788	65.282	41.093	67.278
Outros estoques	2.004	38.153	2.004	38.363
Estoques, bruto	849.619	678.494	854.443	688.806
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência (2)	(52.292)	(45.980)	(53.526)	(48.981)
Estoques, líquido	797.327	632.514	800.917	639.825

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, acessórios, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

7) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Custos incrementais (contratos com clientes)	1.020.505	766.730	1.090.524	766.730
Taxa fistel (1)	567.663	-	607.617	-
Manutenção de <i>software</i> e redes	311.010	145.234	391.993	145.568
Propaganda e publicidade	90.656	215.508	90.656	215.508
Satélites e <i>links</i>	79.331	148.113	79.331	148.113
Pessoal	47.469	70.173	48.646	71.038
Aluguéis	38.558	43.465	38.558	43.465
Encargos financeiros	29.609	18.251	29.609	18.251
Seguros	9.670	14.708	9.910	14.772
Outras despesas antecipadas	77.909	24.867	79.113	25.248
Total	2.272.380	1.447.049	2.465.957	1.448.693
Circulante	1.592.552	1.004.786	1.741.556	1.006.425
Não circulante	679.828	442.263	724.401	442.268

(1) Refere-se à parcela remanescente dos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento, que será amortizada para o resultado até o final do exercício de 2022.

Notas Explicativas**8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Imposto de renda	402.538	341.078	409.408	344.856
Contribuição social	40.265	38.364	44.067	40.222
Total	442.803	379.442	453.475	385.078
Circulante	440.111	376.750	450.783	382.386
Não circulante	2.692	2.692	2.692	2.692

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Imposto de renda	86.954	74.077	94.942	75.980
Contribuição social	27.970	23.591	30.848	24.756
Total	114.924	97.668	125.790	100.736
Circulante	15.285	-	26.151	3.068
Não circulante	99.639	97.668	99.639	97.668

Os montantes não circulantes de R\$99.639 e R\$97.668, registrados na controladora e consolidado, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto sobre o Lucro (nota 8.e).

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir, apresentamos as movimentações do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

Notas Explicativas

	Controladora						Transações de capital (3)	Saldos em 31.12.21
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.21	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes		
Ativo (passivo) diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.382.970	3.022	-	1.385.992	1.363.510	-	-	2.749.502
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.797.510)	(551.077)	2.151	(6.346.436)	(445.122)	(137.828)	7.840	(6.921.546)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.753.472	310.068	-	2.063.540	(22.925)	-	-	2.040.615
Fornecedores e outras provisões	779.729	173.094	-	952.823	169.544	-	-	1.122.367
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(79.336)	-	(113.507)	(123.411)	-	-	(236.918)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	587.709	(25.870)	-	561.839	42.982	-	-	604.821
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	(471)	-	173.185	(47.967)	-	-	125.218
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.556	12.347	-	332.903	18.811	(133.897)	-	217.817
Participação nos resultados	133.077	(26.051)	-	107.026	55.211	-	-	162.237
Licença	(2.285.874)	(143.893)	-	(2.429.767)	(252.154)	-	-	(2.681.921)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(517.353)	-	(7.123.829)	(124.601)	-	7.840	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	(152.120)	-	(893.644)	4.211	-	-	(889.433)
Lei da inovação tecnológica	(18.721)	3.734	-	(14.987)	1.894	-	-	(13.093)
Sobre outras diferenças temporárias	141.057	(105.226)	2.151	37.982	(166.717)	(3.931)	-	(132.666)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	(4.414.540)	(548.055)	2.151	(4.960.444)	918.388	(137.828)	7.840	(4.172.044)
Ativo fiscal diferido	5.913.243			6.267.180				7.776.401
Passivo fiscal diferido	(10.327.783)			(11.227.624)				(11.948.445)
(Passivo) fiscal diferido, líquido	(4.414.540)			(4.960.444)				(4.172.044)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:								
(Passivo) fiscal diferido	(4.414.540)			(4.960.444)				(4.172.044)

Notas Explicativas

	Controladora			
	Saldos em 31.12.21	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.22
Ativo (passivo) diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	2.749.502	(171.644)	-	2.577.858
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(6.921.546)	327.930	(1.391)	(6.595.007)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.040.615	87.646	-	2.128.261
Fornecedores e outras provisões	1.122.367	259.870	-	1.382.237
Carteira de clientes e marcas	(236.918)	9.899	-	(227.019)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	604.821	10.320	-	615.141
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	125.218	(4.282)	-	120.936
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	217.817	8.382	-	226.199
Participação nos resultados	162.237	(28.143)	-	134.094
Licença	(2.681.921)	78.880	-	(2.603.041)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(7.240.590)	-	-	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(889.433)	(42.635)	-	(932.068)
Lei da inovação tecnológica	(13.093)	1.672	-	(11.421)
Sobre outras diferenças temporárias	(132.666)	(53.679)	(1.391)	(187.736)
Passivo diferido, líquido	(4.172.044)	156.286	(1.391)	(4.017.149)
Ativo diferido	7.776.401			7.978.257
Passivo diferido	(11.948.445)			(11.995.406)
Passivo diferido, líquido	(4.172.044)			(4.017.149)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:				
Passivo diferido	(4.172.044)			(4.017.149)

Notas Explicativas

	Consolidado						Transações de capital (3)	Outros	Saldos em 31.12.21
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.21	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes			
Ativo (passivo) diferido									
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.462.498	(3.872)	-	1.458.626	1.355.085	-	-	(921)	2.812.790
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.738.397)	(548.532)	2.151	(6.284.778)	(448.192)	(137.956)	7.840	-	(6.863.086)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.792.417	309.699	-	2.102.116	(22.546)	-	-	-	2.079.570
Fornecedores e outras provisões	793.421	175.885	-	969.306	165.636	-	-	-	1.134.942
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(79.336)	-	(113.507)	(123.411)	-	-	-	(236.918)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	592.930	(25.814)	-	567.116	43.216	-	-	-	610.332
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	(471)	-	173.185	(47.967)	-	-	-	125.218
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.732	12.362	-	333.094	18.825	(134.025)	-	-	217.894
Participação nos resultados	133.913	(26.229)	-	107.684	55.584	-	-	-	163.268
Licença Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.285.874)	(143.893)	-	(2.429.767)	(252.154)	-	-	-	(2.681.921)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(6.606.476)	(517.353)	-	(7.123.829)	(124.601)	-	7.840	-	(7.240.590)
Lei da inovação tecnológica	(741.524)	(152.120)	-	(893.644)	4.211	-	-	-	(889.433)
Sobre outras diferenças temporárias	(18.721)	3.734	-	(14.987)	1.894	-	-	-	(13.093)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	141.300	(104.996)	2.151	38.455	(166.879)	(3.931)	-	-	(132.355)
Ativo fiscal diferido	6.051.884			6.401.471					7.898.149
Passivo fiscal diferido	(10.327.783)			(11.227.623)					(11.948.445)
(Passivo) fiscal diferido, líquido	(4.275.899)			(4.826.152)					(4.050.296)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:									
Ativo fiscal diferido de controladas	138.641			134.292					121.748
(Passivo) fiscal diferido	(4.414.540)			(4.960.444)					(4.172.044)

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.21	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de negócios (nota 1.c.2)	Saldos em 30.06.22
Ativo (passivo) diferido					
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	2.812.790	(178.436)	-	-	2.634.354
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(6.863.086)	306.705	(1.391)	264.091	(6.293.681)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e multas por cancelamento de contratos	2.079.570	89.083	-	223.712	2.392.365
Fornecedores e outras provisões	1.134.942	259.360	-	-	1.394.302
Carteira de clientes e marcas	(236.918)	11.409	-	-	(225.509)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	610.332	10.377	-	-	620.709
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	125.218	(19.194)	-	97.179	203.203
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	217.894	8.391	-	-	226.285
Participação nos resultados	163.268	(28.182)	-	-	135.086
Licença	(2.681.921)	101.967	-	-	(2.579.954)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(7.240.590)	-	-	-	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(889.433)	(42.635)	-	-	(932.068)
Lei da inovação tecnológica	(13.093)	1.672	-	-	(11.421)
Sobre outras diferenças temporárias	(132.355)	(85.543)	(1.391)	(56.800)	(276.089)
Passivo diferido, líquido	(4.050.296)	128.269	(1.391)	264.091	(3.659.327)
Ativo fiscal diferido					
	7.898.149				8.336.079
Passivo fiscal diferido					
	(11.948.445)				(11.995.406)
(Passivo) fiscal diferido, líquido					
	(4.050.296)				(3.659.327)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:					
Ativo diferido de controladas	121.748				357.822
(Passivo) fiscal diferido	(4.172.044)				(4.017.149)

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. Em 2021, a Companhia reconheceu R\$1.405.565 nos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre Recurso Extraordinário sobre incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos em repetição de indébito tributário (nota explicativa 8) Imposto de Renda e Contribuição Social, item f), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes das operações de alienação da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021.

Em 30 de junho de 2022, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Recicla V, TGLog e TIS) no montante de R\$70.753 (R\$71.126 em 31 de dezembro de 2021), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização deles.

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Lucro antes dos tributos	826.596	1.608.916	1.726.954	2.835.970
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(281.042)	(547.032)	(587.164)	(964.230)
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	(6.911)	6.079	(2.214)	5.766
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(17.107)	(32.251)	(33.461)	(45.318)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio destinados	214.200	309.400	360.400	452.200
Outras (adições) exclusões	26.936	(167)	54.371	2.692
Total	(63.924)	(263.971)	(208.068)	(548.890)
Taxa efetiva	7,7%	16,4%	12,0%	19,4%
IRPJ e CSLL corrente	(126.912)	2.044	(364.354)	(835)
IRPJ e CSLL diferido	62.988	(266.015)	156.286	(548.055)
	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Lucro antes dos tributos	876.240	1.619.490	1.785.679	2.856.587
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(297.922)	(550.627)	(607.131)	(971.240)
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	(1.388)	325	(2.675)	997
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(17.105)	(32.406)	(34.136)	(45.607)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio destinados	214.200	309.400	360.400	452.200
Outras (adições) exclusões	(28.395)	(1.237)	(6.579)	(5.857)
Total	(130.610)	(274.545)	(290.121)	(569.507)
Taxa efetiva	14,9%	17,0%	16,2%	19,9%
IRPJ e CSLL corrente	(171.697)	(5.493)	(418.390)	(17.103)
IRPJ e CSLL diferido	41.087	(269.052)	128.269	(552.404)

e) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R\$18.814.155 em 30 de junho de 2022 (R\$18.176.115 em 31 de dezembro de 2021). A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Notas Explicativas

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$99.639 em 30 de junho de 2022 (R\$97.668 em 31 de dezembro de 2021), em relação a essas ações. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

9) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
ICMS (1)	2.606.650	2.893.823	2.618.134	2.895.375
PIS e COFINS (2)	888.096	1.881.357	900.800	1.885.486
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	120.495	152.532	124.543	156.322
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	86.847	117.564	89.379	119.858
Total	3.702.088	5.045.276	3.732.856	5.057.041
Circulante	2.298.113	3.704.407	2.322.822	3.716.169
Não circulante	1.403.975	1.340.869	1.410.034	1.340.872

- (1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$614.507 e R\$578.290 em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente.
- (2) A Companhia possui dois processos judiciais sobre o reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (incluindo processo da sociedade que já foi incorporada - Telemig), que abrangem diversos períodos entre fevereiro de 2002 e dezembro de 2019. Em 13 de maio de 2021 o STF proferiu decisão para o *Leading Case* sobre a matéria RE 574706. Os processos transitaram em julgado em 25 de junho de 2021 e em 27 de maio de 2022. Em decorrência das decisões, a Companhia reconheceu em 2021 o crédito no montante de R\$2.269.391. Em 30 de junho de 2022, o saldo no ativo circulante era de R\$652.144 (R\$1.579.117, em 31 de dezembro de 2021).
- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Depósitos judiciais				
Tributário	1.385.520	1.348.778	1.546.373	1.505.103
Cível	823.841	833.894	825.008	836.043
Trabalhista	129.898	175.136	134.840	180.443
Regulatório	291.984	283.933	291.984	283.933
Total	2.631.243	2.641.741	2.798.205	2.805.522
Bloqueios judiciais	21.926	24.556	23.066	25.656
Total	2.653.169	2.666.297	2.821.271	2.831.178
Circulante	89.445	105.876	90.547	106.963
Não circulante	2.563.724	2.560.421	2.730.724	2.724.215

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo). As informações relativas aos depósitos judiciais, são as mesmas da nota explicativa 10) Depósitos e Bloqueios Judiciais, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Tributos	Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	548.060	535.118
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	371.733	358.916
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	301.205	294.724
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	78.617	76.832
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	55.421	54.072
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	48.905	47.713
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	45.971	44.889
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	21.521	20.837
Outros impostos, taxas e contribuições	74.940	72.002
Total	1.546.373	1.505.103

11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Créditos com partes relacionadas (nota 28) (1)	556.209	551.257	618.440	666.288
Alienação de imóveis e outros valores a receber	155.198	230.486	155.198	230.486
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30) (2)	47.611	95.107	47.656	95.151
Adiantamentos a empregados e fornecedores	125.032	72.578	278.217	79.850
Bônus de subscrição (Operação FiBrasil, em 2021)	62.246	60.192	62.246	60.192
Outros valores a realizar	36.530	30.719	39.497	31.050
Total	982.826	1.040.339	1.201.254	1.163.017
Circulante	481.552	530.425	679.902	623.088
Não circulante	501.274	509.914	521.352	539.929

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, inclui os montantes de R\$525.084 e R\$559.499, respectivamente, referente às operações de alienação de FiBrasil, Cloud Co e IoT Co, ocorridas em 2021.

(2) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, inclui os montantes de R\$42.956 e R\$90.538, respectivamente, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A.

12) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto, são as mesmas da nota explicativa 12) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, exceto pela constituição da *joint venture* de educação digital ("VIVAE") e pela aquisição de parte da UPI ativos móveis da Oi, conforme operações descritas na nota 1.c.2).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

Notas Explicativas

Investidas	Tipo de investimento	Participação
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks")	Controlada	100,00%
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog")	Controlada	100,00%
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	100,00%
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money")	Controlada	100,00%
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil")	Controlada	50,01%
Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")	Controlada	50,01%
Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Garliava")	Controlada	100,00%
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controle conjunto	50,00%
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controle conjunto	50,00%
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controle conjunto	50,00%
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil")	Controle conjunto	25,00%
VivaE Educação Digital S.A. ("VIVAE")	Controle conjunto	50,00%

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das controladas diretas e de controle conjunto nas quais a Companhia possui participação.

Balancos patrimoniais

	30.06.22		31.12.21	
	Controladas	Controle conjunto	Controladas	Controle conjunto
Resumo do Balanço Patrimonial:				
Ativo circulante	1.623.002	801.647	552.110	1.147.933
Ativo não circulante	1.388.842	1.037.193	342.588	717.428
Total do ativo	3.011.844	1.838.840	894.698	1.865.361
Passivo circulante	1.724.336	212.056	286.074	203.321
Passivo não circulante	852.875	706.887	178.908	695.358
Patrimônio líquido	434.633	919.897	429.716	966.682
Total do passivo e patrimônio líquido	3.011.844	1.838.840	894.698	1.865.361

Demonstrações de resultados

	Período de seis meses findo em			
	30.06.22		30.06.21	
	Controladas	Controle conjunto	Controladas	Controle conjunto
Receita operacional líquida	867.651	111.770	211.700	27.859
Custos e receitas (despesas) operacionais	(767.474)	(132.797)	(177.055)	(21.646)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(3.611)	(22.070)	(1)	270
Imposto de renda e contribuição social	(94.458)	14.742	(20.616)	(621)
Lucro líquido (prejuízo) do período	2.108	(28.355)	14.028	5.862

Notas Explicativas

b) **Movimentação dos investimentos**

	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.20	334.119	143.655	-	778	478.552	144.433
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	14.028	2.931	-	-	16.959	2.931
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(133.830)	-	-	-	(133.830)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	6.000	-	-	-	6.000	-
Outros resultados abrangentes	-	(9.178)	-	(174)	(9.352)	(9.352)
Saldos em 30.06.21	220.317	137.408	-	604	358.329	138.012
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	25.239	(8.952)	-	-	16.287	(7.164)
Resultado de equivalência patrimonial pela remensuração da participação acionária	-	80.400	-	-	80.400	80.400
Resultado de equivalência patrimonial pelo valor justo da remensuração da participação acionária	-	41.095	-	-	41.095	41.095
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(12.396)	-	-	-	(12.396)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	48.000	-	-	-	48.000	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14)	-	229.961	-	-	229.961	229.961
Baixa por alienação de investimentos	(5.683)	(134.144)	-	-	(139.827)	(134.144)
Remensuração da participação acionária	72.252	-	-	-	72.252	-
Transações de capital	4	2.182	-	-	2.186	2.182
Resultado de controlada FIBrasil antes da alienação	-	-	-	-	-	(1.789)
Outros resultados abrangentes	2.984	7.992	-	(255)	10.721	7.737
Saldos em 31.12.21	350.717	355.942	-	349	707.008	356.290
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	25.436	(7.869)	-	-	17.567	(7.869)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(38.729)	-	-	-	(38.729)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	183.551	6.000	-	-	189.551	6.000
Equivalência patrimonial na aquisição da Garliava	(142.015)	-	-	-	(142.015)	-
Ágio (Garliava)	-	-	3.497.837	-	3.497.837	-
Mais/menos valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (Garliava)	-	-	2.127.429	-	2.127.429	-
Mais/menos valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora - Equivalência patrimonial pelos resultados (Garliava)	-	-	(24.080)	-	(24.080)	-
Transações de capital	-	2.182	-	-	2.182	2.182
Outros resultados abrangentes	-	(19.017)	-	(51)	(19.068)	(19.068)
Saldos em 30.06.22	378.960	337.238	5.601.186	298	6.317.682	337.535

Notas Explicativas

13) IMOBILIZADO

a) Composição e movimentação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	22.423.337	916.840	4.077.835	13.535.283	273.029	732.293	2.377.178	44.335.795
Adições	184.267	-	67.154	1.545.156	-	48.925	3.085.352	4.930.854
Baixas líquidas (1)	(12.352)	(247)	(38)	(119.719)	(2.086)	(3.985)	(17.198)	(155.625)
Transferências líquidas	1.872.553	388.522	1.273.322	393.560	-	15.188	(4.015.416)	(72.271)
Bens destinados à venda (2)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 25)	<u>(1.675.830)</u>	<u>(208.788)</u>	<u>(1.109.400)</u>	<u>(1.368.340)</u>	<u>-</u>	<u>(133.394)</u>	<u>-</u>	<u>(4.495.752)</u>
Saldo em 30.06.21	22.641.724	1.082.120	4.275.225	13.964.814	270.943	658.652	1.421.572	44.315.050
Adições	243.010	-	40.807	1.247.504	-	106.020	3.216.421	4.853.762
Baixas líquidas (1)	26.472	151	87.117	(140.934)	(3.097)	4.475	(27.005)	(52.821)
Transferências líquidas	1.489.114	183.464	986.060	216.031	(900)	10.946	(2.942.937)	(58.222)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
Depreciação	<u>(1.741.431)</u>	<u>(234.422)</u>	<u>(1.059.102)</u>	<u>(1.429.917)</u>	<u>-</u>	<u>(141.048)</u>	<u>-</u>	<u>(4.605.920)</u>
Saldo em 31.12.21	22.658.889	1.031.313	4.330.107	13.793.321	266.946	639.045	1.668.051	44.387.672
Adições	252.123	(2.753)	50.155	1.490.229	-	72.970	3.056.803	4.919.527
Baixas líquidas (1)	(2.752)	(4)	73	(43.621)	(8.959)	699	(18.747)	(73.311)
Transferências líquidas	898.015	39.165	1.061.254	85.365	-	798	(2.113.222)	(28.625)
Depreciação (nota 25)	<u>(1.815.930)</u>	<u>(226.676)</u>	<u>(754.455)</u>	<u>(1.487.217)</u>	<u>-</u>	<u>(104.724)</u>	<u>-</u>	<u>(4.389.002)</u>
Saldo em 30.06.22	21.990.345	841.045	4.687.134	13.838.077	257.987	608.788	2.592.885	44.816.261
Em 31.12.21								
Custo	81.419.869	6.435.391	25.107.646	34.136.982	266.946	5.369.352	1.668.051	154.404.237
Depreciação acumulada	<u>(58.760.980)</u>	<u>(5.404.078)</u>	<u>(20.777.539)</u>	<u>(20.343.661)</u>	<u>-</u>	<u>(4.730.307)</u>	<u>-</u>	<u>(110.016.565)</u>
Total	22.658.889	1.031.313	4.330.107	13.793.321	266.946	639.045	1.668.051	44.387.672
Em 30.06.22								
Custo	82.295.848	6.461.507	26.155.368	35.814.612	257.987	5.435.726	2.592.885	159.013.933
Depreciação acumulada	<u>(60.305.503)</u>	<u>(5.620.462)</u>	<u>(21.468.234)</u>	<u>(21.976.535)</u>	<u>-</u>	<u>(4.826.938)</u>	<u>-</u>	<u>(114.197.672)</u>
Total	21.990.345	841.045	4.687.134	13.838.077	257.987	608.788	2.592.885	44.816.261

Notas Explicativas

Consolidado								
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	22.423.337	917.027	4.077.835	13.538.839	273.029	744.385	2.378.141	44.352.593
Adições	184.267	-	67.154	1.545.373	-	49.672	3.084.902	4.931.368
Baixas líquidas (1)	(12.351)	(257)	(38)	(120.216)	(2.086)	(4.397)	(16.785)	(156.130)
Transferências líquidas	1.872.552	388.522	1.273.322	393.560	-	15.513	(4.015.921)	(72.452)
Bens destinados à venda (2)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 25)	(1.675.830)	(208.805)	(1.109.400)	(1.369.546)	-	(135.302)	-	(4.498.883)
Saldo em 30.06.21	22.641.724	1.082.280	4.275.225	13.966.884	270.943	669.496	1.421.993	44.328.545
Adições	244.416	45	40.807	1.256.930	-	109.247	3.215.343	4.866.788
Baixas líquidas (1)	27.356	154	87.117	(142.095)	(3.097)	3.037	(25.078)	(52.606)
Transferências líquidas	1.489.115	183.464	986.060	216.121	(900)	12.937	(2.945.020)	(58.223)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
Depreciação	(1.741.431)	(234.433)	(1.059.102)	(1.431.757)	-	(145.113)	-	(4.611.836)
Saldo em 31.12.21	22.661.180	1.031.510	4.330.107	13.801.906	266.946	649.604	1.667.238	44.408.491
Adições	252.123	(2.621)	50.155	1.526.219	-	75.114	3.057.712	4.958.702
Baixas líquidas (1)	(2.752)	(4)	73	(43.321)	(8.959)	699	(18.778)	(73.042)
Transferências líquidas	898.355	39.165	1.061.254	85.947	-	1.022	(2.114.698)	(28.955)
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	125.314	37	-	665.691	-	2.769	4.221	798.032
Depreciação (nota 25)	(1.861.762)	(226.752)	(754.455)	(1.512.758)	-	(108.747)	-	(4.464.474)
Saldo em 30.06.22	22.072.458	841.335	4.687.134	14.523.684	257.987	620.461	2.595.695	45.598.754
Em 31.12.21								
Custo	81.422.233	6.435.959	25.107.646	34.169.915	266.946	5.536.296	1.667.238	154.606.233
Depreciação acumulada	(58.761.053)	(5.404.449)	(20.777.539)	(20.368.009)	-	(4.886.692)	-	(110.197.742)
Total	22.661.180	1.031.510	4.330.107	13.801.906	266.946	649.604	1.667.238	44.408.491
Em 30.06.22								
Custo	83.473.090	6.465.332	26.155.368	36.739.636	257.987	5.656.514	2.595.695	161.343.622
Depreciação acumulada	(61.400.632)	(5.623.997)	(21.468.234)	(22.215.952)	-	(5.036.053)	-	(115.744.868)
Total	22.072.458	841.335	4.687.134	14.523.684	257.987	620.461	2.595.695	45.598.754

(1) Em infraestrutura, inclui os montantes de R\$35.823 e R\$245.237 em 2022 e 2021, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento.

(2) Refere-se ao saldo dos ativos que foram utilizados para a composição societária da Companhia na FiBrasil em 2021.

b) Taxas e depreciação

A Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns grupos de ativos. Essas alterações na estimativa contábil, reduziram a despesa de depreciação para o período findo em 30 de junho de 2022 em R\$141.446.

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para o período findo em 30 de junho de 2022, exceto para os ativos de arrendamentos (apresentados na nota 13.c).

Notas Explicativas

Descrição	Controladora / Consolidado
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e <i>modems</i>)	20,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%

c) Informações adicionais dos arrendamentos

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.a).

	Consolidado			
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Taxa anual de depreciação (%)	5,00% a 42,9%	3,5% a 92,31%	20,00% a 38,00%	
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.20	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809
Adições	174.996	1.508.052	-	1.683.048
Depreciação (nota 25)	(214.896)	(1.098.928)	(274)	(1.314.098)
Cancelamentos de contratos	(823)	(118.272)	-	(119.095)
Saldo em 30.06.21	317.368	10.613.189	10.107	10.940.664
Adições	235.173	1.194.583	590	1.430.346
Subarrendamento (nota 13.a)	-	(64.177)	-	(64.177)
Depreciação	(267.559)	(1.155.072)	(382)	(1.423.013)
Cancelamentos de contratos	(4.070)	(126.965)	-	(131.035)
Saldo em 31.12.21	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785
Adições	231.828	1.496.329	42.580	1.770.737
Depreciação (nota 25)	(249.920)	(1.241.660)	(431)	(1.492.011)
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	650.380	-	650.380
Cancelamentos de contratos	-	(35.823)	-	(35.823)
Saldo em 30.06.22	262.820	11.330.784	52.464	11.646.068
Em 31.12.21				
Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)
Total	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785
Em 30.06.22				
Custo	350.289	19.774.443	170.679	20.295.411
Depreciação acumulada	(87.469)	(8.443.659)	(118.215)	(8.649.343)
Total	262.820	11.330.784	52.464	11.646.068

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de junho de 2022, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$81.053 (R\$78.631 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

e) Equilíbrio da Concessão

O modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Frente a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural querer um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações.

A Companhia apresentou, no dia 21 de março de 2022, suas alegações iniciais no procedimento arbitral requerendo, dentre outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor e a recomposição da sustentabilidade do contrato, bem como indenização pelo período em que o contrato permaneceu insustentável.

A arbitragem é considerada um método ágil e tecnicamente adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

f) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

De acordo com a referida Lei, a ANATEL apresentou em 5 de julho de 2022 metodologia com estimativa de valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, a ser validada pelo Tribunal de Contas da União, valor este que, após confirmado, será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL.

g) Bens reversíveis

O contrato de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, tais como, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral em Regime Público ("RCON").

Notas Explicativas

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCON, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Refira-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COUN/SCO, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

Notas Explicativas

14) INTANGÍVEL

a) Composição e movimentação

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156	40.575.774
Adições	-	401.306	-	-	-	-	544.361	945.667
Baixas líquidas	-	(13.482)	-	-	-	-	-	(13.482)
Transferências líquidas	-	1.027.314	-	-	-	-	(955.043)	72.271
Bens destinados à venda (1)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 25)	-	(776.114)	(133.200)	(42.103)	(465.948)	(1.551)	-	(1.418.916)
Saldo em 30.06.21	23.026.429	4.626.375	500.366	778.897	10.895.762	41.001	290.474	40.159.304
Adições (2)	-	322.338	-	-	4.496.263	-	730.352	5.548.953
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(3.553)	-	-	-	-	-	(161.714)
Transferências líquidas	-	666.992	-	-	-	-	(608.770)	58.222
Amortização	-	(846.423)	(131.128)	(42.103)	(485.494)	(1.551)	-	(1.506.699)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056	44.098.066
Adições (2)	-	216.951	-	-	9.832	-	1.048.741	1.275.524
Transferências líquidas	-	967.297	-	-	-	-	(938.672)	28.625
Amortização (nota 25)	-	(885.988)	(101.771)	(42.102)	(579.087)	(1.549)	-	(1.610.497)
Saldo em 30.06.22	22.868.268	5.063.989	267.467	694.692	14.337.276	37.901	522.125	43.791.718
Em 31.12.21								
Custo	22.868.268	22.335.454	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.557	412.056	76.909.732
Amortização acumulada	-	(17.569.725)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	(230.107)	-	(32.811.666)
Total	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056	44.098.066
Em 30.06.22								
Custo	22.868.268	23.519.492	4.440.717	1.658.897	24.934.615	269.557	522.125	78.213.671
Amortização acumulada	-	(18.455.503)	(4.173.250)	(964.205)	(10.597.339)	(231.656)	-	(34.421.953)
Total	22.868.268	5.063.989	267.467	694.692	14.337.276	37.901	522.125	43.791.718

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080	40.582.117
Adições	-	401.683	-	-	-	-	544.463	946.146
Baixas líquidas	-	(13.520)	-	-	-	-	-	(13.520)
Transferências líquidas	-	1.028.240	-	-	-	-	(955.788)	72.452
Bens destinados à venda (1)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 25)	-	(777.033)	(133.200)	(42.103)	(465.948)	(1.551)	-	(1.419.835)
Saldo em 30.06.21	23.026.429	4.632.064	500.366	778.897	10.895.762	41.077	290.755	40.165.350
Adições (2)	-	322.916	-	-	4.496.263	-	730.857	5.550.036
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(3.364)	-	-	-	-	-	(161.525)
Transferências líquidas	-	667.158	-	-	-	-	(608.935)	58.223
Amortização	-	(847.499)	(131.128)	(42.103)	(485.494)	(1.553)	-	(1.507.777)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677	44.104.307
Adições (2)	-	218.071	-	-	9.832	-	1.049.276	1.277.179
Baixas líquidas (2)	-	-	-	-	-	-	(150)	(150)
Transferências líquidas	-	967.933	-	-	-	-	(938.978)	28.955
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	3.497.837	-	110.000	-	2.542.178	-	-	6.150.015
Amortização (nota 25)	-	(887.449)	(106.212)	(42.102)	(669.291)	(1.549)	-	(1.706.603)
Saldo em 30.06.22	26.366.105	5.069.830	373.026	694.692	16.789.250	37.975	522.825	49.853.703
Em 31.12.21								
Custo	22.868.268	22.451.551	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.639	412.677	77.026.532
Amortização acumulada	-	(17.680.276)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	(230.115)	-	(32.922.225)
Total	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677	44.104.307
Em 30.06.22								
Custo	26.366.105	23.859.022	4.550.717	1.658.897	29.434.695	269.639	522.825	86.661.900
Amortização acumulada	-	(18.789.192)	(4.177.691)	(964.205)	(12.645.445)	(231.664)	-	(36.808.197)
Total	26.366.105	5.069.830	373.026	694.692	16.789.250	37.975	522.825	49.853.703

- (1) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que foram utilizados na composição da participação societária da Companhia na FiBrasil em 2021.
- (2) Os ingressos em licenças, referem-se à aquisição das licenças 5G (em 2021) e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal (em 2021 e 2022).
- (3) A baixa proporcional do ágio, refere-se às alienações dos investimentos da FiBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021, conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1) / IAS 36.

b) Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para o período findo em 30 de junho de 2022.

Descrição	Controladora	Consolidado
Softwares	20,00%	12,5% a 20,00%
Carteira de clientes	12,5% a 20,00%	12,5% a 20,00%
Marcas	7,70%	7,70%
Licenças	3,60% a 20,00%	3,60% a 20,00%
Outros intangíveis	20,00%	20,00%

Notas Explicativas

15) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Encargos e benefícios sociais	548.640	370.247	589.364	397.906
Participação de empregados nos resultados	277.506	358.011	287.236	366.451
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	107.019	108.992	107.481	109.682
Salários e remunerações	35.593	33.091	40.769	35.818
Total	968.758	870.341	1.024.850	909.857
Circulante	937.699	848.819	993.748	888.324
Não circulante	31.059	21.522	31.102	21.533

16) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Fornecedores diversos (Opex, CaPex, Serviços e Mercadorias)	7.235.150	6.131.924	7.592.625	6.243.614
Partes relacionadas (nota 28)	580.698	507.093	465.030	442.747
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	215.013	217.000	226.904	217.000
Interconexão / interligação	204.990	229.041	204.988	229.041
Total	8.235.851	7.085.058	8.489.547	7.132.402

17) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Fistel (1)	2.204.258	1.425.048	2.284.010	1.425.048
ICMS	1.197.602	1.363.530	1.281.584	1.416.323
PIS e COFINS	229.793	222.407	246.949	229.481
Fust e Funttel	89.611	87.726	90.518	87.726
ISS, CIDE e outros tributos	88.314	85.856	102.841	97.764
Total	3.809.578	3.184.567	4.005.902	3.256.342
Circulante	1.300.203	1.465.039	1.363.297	1.485.157
Não circulante	2.509.375	1.719.528	2.642.605	1.771.185

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2022, 2021 e 2020 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, proferidas em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021, estão com a exigibilidade suspensa. O montante está classificado como passivo não circulante.

18) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO ("JSCP")

a) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha R\$51.125 e R\$12.396 a receber da Terra Networks, respectivamente, conforme segue.

	Controladora
Saldo em 31.12.20	44.369
Dividendos complementares de 2020	133.830
Saldo em 30.06.21	178.199
Recebimento de dividendos	(178.199)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	12.396
Saldo em 31.12.21	12.396
Dividendos complementares de 2021	38.729
Saldo em 30.06.22	51.125

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

Notas Explicativas

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

b.1) Composição

	Controladora / Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Telefônica	2.027.138	1.146.019
Telefônica Latinoamérica Holding	1.640.299	927.324
SP Telecomunicações Participações	1.339.917	757.506
Telefônica Chile	3.772	2.132
Acionistas não controladores	2.185.129	1.432.734
Total	7.196.255	4.265.715

b.2) Movimentação

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31.12.20	3.865.998
Dividendos complementares de 2020	1.587.518
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.130.500
Pagamentos de dividendos e JSCP	(295)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	1.906
Saldo em 30.06.21	6.585.627
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.194.250
Dividendos intermediários	1.500.000
Prescrição de dividendos e JSCP	(116.236)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(4.901.031)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	3.105
Saldo em 31.12.21	4.265.715
Dividendos complementares de 2021	2.028.524
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	901.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(450)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	1.466
Saldo em 30.06.22	7.196.255

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

19) **PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS**

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias, regulatórias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

Notas Explicativas

	Controladora						
	Provisões para demandas judiciais						Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	
Saldos em 31.12.20	473.180	1.711.591	864.127	1.207.331	823.245	407.815	5.487.289
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	106.023	319.925	120.657	537.824	(234.730)	-	849.699
Outras reversões	-	-	(124)	-	-	(22.359)	(22.483)
Baixas por pagamento	(137.551)	(29.397)	(383.611)	(6.406)	-	-	(556.965)
Atualização monetária (1)	58.880	186.297	219.886	222.125	(59.773)	-	627.415
Saldos em 30.06.21	500.532	2.188.416	820.935	1.960.874	528.742	385.456	6.384.955
Ingressos (reversões), líquidos	99.269	(37.475)	189.407	5.019	(44.265)	(28.073)	183.882
Outros ingressos (reversões)	-	-	(31)	-	-	34.790	34.759
Baixas por pagamento	(175.488)	(89.182)	(262.948)	(14.478)	-	-	(542.096)
Atualização monetária	39.081	(3.725)	178.742	34.829	4.121	(14.068)	238.980
Saldos em 31.12.21	463.394	2.058.034	926.105	1.986.244	488.598	378.105	6.300.480
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	166.608	54.126	152.462	(37.847)	(3.989)	(8.136)	323.224
Outros ingressos	-	-	240	-	-	12.580	12.820
Baixas por pagamento	(227.108)	(14.993)	(227.050)	(38.811)	-	-	(507.962)
Atualização monetária	60.165	99.017	183.845	77.462	12.731	168	433.388
Saldos em 30.06.22	463.059	2.196.184	1.035.602	1.987.048	497.340	382.717	6.561.950
Em 31.12.21							
Circulante	204.279	-	293.506	200.313	-	-	698.098
Não circulante	259.115	2.058.034	632.599	1.785.931	488.598	378.105	5.602.382
Em 30.06.22							
Circulante	202.005	8	329.574	282.541	-	-	814.128
Não circulante	261.054	2.196.176	706.028	1.704.507	497.340	382.717	5.747.822

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para desmantelamento	Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)			
Saldos em 31.12.20	499.710	1.799.252	871.951	1.207.331	823.245	408.642	-	5.610.131
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	106.996	320.174	120.690	537.824	(234.730)	-	-	850.954
Outros ingressos (reversões)	(776)	-	991	-	-	(23.186)	-	(22.971)
Baixas por pagamento	(142.130)	(29.397)	(385.312)	(6.406)	-	-	-	(563.245)
Atualização monetária (1)	60.243	186.739	221.352	222.125	(59.773)	-	-	630.686
Saldos em 30.06.21	524.043	2.276.768	829.672	1.960.874	528.742	385.456	-	6.505.555
Ingressos (reversões), líquidos	98.544	(37.475)	193.245	5.019	(44.265)	(28.900)	-	186.168
Outros ingressos (reversões)	1.359	-	(308)	-	-	35.617	-	36.668
Baixas por pagamento	(177.381)	(89.182)	(266.800)	(14.478)	-	-	-	(547.841)
Atualização monetária	40.390	(2.742)	180.162	34.829	4.121	(14.068)	-	242.692
Saldos em 31.12.21	486.955	2.147.369	935.971	1.986.244	488.598	378.105	-	6.423.242
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	163.864	54.135	153.291	(37.847)	(3.989)	(8.136)	-	321.318
Outros ingressos (reversões)	2.691	-	(594)	-	-	12.580	-	14.677
Baixas por pagamento	(229.145)	(15.015)	(231.259)	(38.811)	-	-	(34.989)	(549.219)
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	-	-	-	453.697	66.803	712.888	1.233.388
Atualização monetária	60.822	100.924	184.396	77.462	20.732	168	-	444.504
Saldos em 30.06.22	485.187	2.287.413	1.041.805	1.987.048	959.038	449.520	677.899	7.887.910
Em 31.12.21								
Circulante	206.279	-	295.722	200.313	-	-	-	702.314
Não circulante	280.676	2.147.369	640.249	1.785.931	488.598	378.105	-	5.720.928
Em 30.06.22								
Circulante	204.833	8	330.049	282.541	-	66.803	677.899	1.562.133
Não circulante	280.354	2.287.405	711.756	1.704.507	959.038	382.717	-	6.325.777

(1) Passivo contingente (PPA) em 2021: principalmente pelos efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

(2) Referem-se à provisão de multas para o cancelamento de contratos de arrendamento oriundos da Garliava, decorrentes da alienação ou desligamento de sites.

a) Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Provisões	463.059	463.394	485.187	486.955
Contingências possíveis	1.421.363	1.345.637	1.439.287	1.364.562

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

Notas Explicativas

b) Provisões e contingências tributárias

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Provisões	2.196.184	2.058.034	2.287.413	2.147.369
Federais	685.867	655.253	777.096	744.588
Estaduais	937.980	842.905	937.980	842.905
Municipais	37.642	36.794	37.642	36.794
FUST	534.695	523.082	534.695	523.082
Contingências possíveis	31.063.706	29.948.793	31.373.297	30.248.600
Federais	3.154.513	2.927.654	3.192.933	2.964.490
Estaduais	19.702.670	18.927.351	19.946.335	19.163.608
Municipais	486.129	610.674	494.571	618.747
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.720.394	7.483.114	7.739.458	7.501.755

b.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/1998; (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vii) INSS sobre terço constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; e (viii) serviços não medidos.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) Imposto Predial e Territorial Urbano; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) serviços de publicidade; e (xxi) assinatura mensal, que se encontra no Superior Tribunal Federal (“STF”) com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (“EILD”) na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R\$4.823.450 (R\$4.694.276 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R\$848.921 (R\$790.057 em 31 de dezembro de 2021).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 30 de junho de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R\$2.067.087 (R\$2.017.422 em 31 de dezembro de 2021).

c) Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Provisões	1.035.602	926.105	1.041.805	935.971
Contingências possíveis	2.208.082	2.107.576	2.220.607	2.119.701

c.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de junho de 2022 o montante consolidado provisionado era de R\$142.777 (R\$130.163 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista individual na esfera judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de junho de 2022 o montante consolidado provisionado era de R\$214.428 (R\$367.334 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista coletiva e também não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2022, o montante consolidado provisionado era de R\$684.600 (R\$438.474 em 31 de dezembro de 2021).

c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

Notas Explicativas

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao *“status quo”* anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.
- Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o *“desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel”*, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. Distribuído os autos na Justiça Federal, a PREVIC apresentou petição requerendo sua citação e sobreveio despacho determinando que a autarquia apresentasse as razões que justificam sua intervenção nos autos, bem como a natureza da intervenção. Com a apresentação da petição pela PREVIC, sucessivamente, as rés e a FENAPAS se manifestaram. Os autos foram remetidos à conclusão, onde aguardam decisão. O valor é inestimável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno ao acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. A perícia foi realizada e, em seguida, o processo foi julgado improcedente. Interpostos recursos de apelação pelas partes, aguarda-se julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

Notas Explicativas

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em discussões que contestam a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. O pedido do Ministério Público Federal não foi acolhido e os processos estão aguardando julgamento de recurso do Tribunal Regional Federal ("TRF") da 1ª Região.

d) Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Controladora / Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Provisões	1.987.048	1.986.244
Contingências possíveis	4.274.740	4.545.365

d.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Os principais temas desses processos são a obrigatoriedade do pagamento da onerosidade do serviço móvel (o pagamento, a cada dois anos, referente ao direito de uso do SMP), as obrigações da Companhia relacionados a não observância dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações, o cumprimento dos indicadores de qualidade e o cumprimento das metas constantes do edital do leilão de espectro para cobertura do serviço.

Especificamente em relação ao pagamento de ônus do SMP, existe um contencioso a respeito de quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável sobre o pagamento de aproximadamente R\$629 milhões do ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis na ANATEL em 2021 e na justiça com prognóstico improvável de revisão, bem como pelo fato de que a Companhia decidiu recolher prospectivamente tais valores em favor da ANATEL, a partir de 2022.

d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Litígio a respeito das receitas que devem compor o cálculo do valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP e da concessão do STFC (com exceção das receitas de dados do SMP, como informado no item d.1, desta nota). Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como interconexão, receitas auferidas no 15º ano da vigência das licenças e outros, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.

Notas Explicativas

- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R\$199.075 como valor principal. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores atualizados, acrescidos de juros e correção monetária, alcançaram aproximadamente R\$517.801 e R\$499.415, respectivamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.
- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico n. 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE e aguarda análise da decisão do Conselho.
- Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") assinado com a ANATEL em 28 de fevereiro de 2022, com início da vigência de 4 anos a partir da publicação no DOU, ocorrida em 3 de março de 2022. No TAC estão incluídos 24 PADOs relativos aos temas de Qualidade, Interrupções e Direito dos Usuários, cujas multas estimadas e aplicadas foram trocadas por investimentos em 14 compromissos de ajuste de conduta e compromisso adicional de construção de rota de *backbone* de fibra. Com o início da vigência do TAC e consequente arquivamento dos referidos PADOs que o compõe, no semestre findo em 30 de junho de 2022, houve baixas de R\$42 milhões e R\$324 milhões de processos com chances de perda prováveis e possíveis, respectivamente.

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS, LICENÇAS 5G, CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE E RETENÇÃO CONTRATUAL

Em 30 de junho de 2022, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, são as mesmas da nota explicativa 21) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e Licenças 5G, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

a) Informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G, contraprestação contingente e retenção contratual

	Consolidado								
	Informações em 30 de junho de 2022			30.06.22			31.12.21		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituições financeiras (a.1)				34.614	1.055.223	1.089.837	50	4	54
PSI	R\$	2,5% a 5,5%	jan-23	29	-	29	50	4	54
Lei nº 4.131	US\$	3,1546% a.a.	set-23	34.585	1.055.223	1.089.808	-	-	-
Fornecedores (a.2)	R\$	98,9% a 120,8% do CDI	dez-22	42.262	-	42.262	224.556	-	224.556
Debêntures (a.3)				-	-	-	1.028.463	-	1.028.463
5ª emissão				-	-	-	1.028.463	-	1.028.463
Arrendamentos (a.4)	R\$	9,30% / IPCA		3.291.300	9.210.946	12.502.246	2.907.481	8.322.618	11.230.099
Licenças 5G (a.5)	R\$	Selic / IGP-DI	dez-40	673.459	1.510.832	2.184.291	2.746.342	1.704.464	4.450.806
Retenção contratual Oi – Aquisição da Garliava (a.6)	R\$	100% do CDI	mar-23	499.806	-	499.806	-	-	-
Contraprestação contingente – Aquisição da Garliava (a.7)	R\$	100% do CDI	mar-23	64.162	-	64.162	-	-	-
Total				4.605.603	11.777.001	16.382.604	6.906.892	10.027.086	16.933.978

a.1) Empréstimos e financiamentos – instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com instituições financeiras, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas até 31 de dezembro de 2017, foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados. Estes contratos têm como garantia a alienação dos ativos financiados.

As subvenções concedidas a partir de 1º de janeiro de 2018, foram ajustadas a valor presente, contabilizadas no ativo fixo e estão sendo depreciadas de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes financiados.

Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato com o Citibank em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4.131, no montante de US\$ 213.413 mil, equivalente a R\$1.000.000, com vencimento em 28 de setembro de 2023, remunerado à 3,1546% a.a. O pagamento de juros será semestral e do principal no final da operação. Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por CDI + 0,70% a.a..

a.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

a.3) Debêntures

A 5ª emissão foi liquidada em 8 de fevereiro de 2022, data de vencimento. O valor total de quitação foi R\$1.039.012, sendo R\$1.000.000 de principal e R\$39.012 de juros.

a.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	16.285.119	13.997.417
Despesa financeira não realizada	(3.782.873)	(2.767.318)
Valor presente a pagar (1)	12.502.246	11.230.099
Circulante	3.291.300	2.907.481
Não circulante	9.210.946	8.322.618

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, incluíam os montantes de R\$68.754 e R\$70.845, respectivamente, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 28).

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 30 de junho de 2022:

	Consolidado
1 a 12 meses	3.291.300
13 a 24 meses	2.857.568
25 a 36 meses	2.009.034
37 a 48 meses	1.449.725
49 a 60 meses	1.004.418
A partir de 61 meses	1.890.201
Total	12.502.246

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 30 de junho de 2022 é de 9,30%, com prazo médio de vencimento de 5,76 anos.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

a.5) Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia 5G, realizados pela ANATEL, dos quais a Companhia foi a vencedora. Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, prorrogáveis, sucessivamente, a título oneroso, nos termos da Lei nº 9.472/1997 (nota 1.b).

Estes Termos têm como garantia contratos de seguros.

Notas Explicativas

a.6) Retenção contratual Oi – Aquisição da Garliava

Conforme previsto em cláusula do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a Companhia e a Oi, houve uma retenção de 10% do preço de aquisição no montante de R\$488.458. Esse montante está sendo corrigido pela variação de 100% (cem por cento) do CDI desde a data do *closing* até a data do efetivo pagamento e deverá ser integralmente pago à Oi, previsto para ocorrer em até 12 meses.

a.7) Contraprestação contingente – Aquisição da Garliava

Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, assinado entre a Companhia e a Oi, parte do preço da transação é condicionado ao atingimento de alguns objetivos/metast. A Companhia avaliou e concluiu que todos serão cumpridos e com atingimento de 100% do target. Com isso, o valor justo desses compromissos, representa de R\$110.205, que está sendo corrigido pela variação de 100% (cem por cento) do CDI desde a data do *closing* até a data do efetivo pagamento e deverá ser integralmente pago à Oi, previsto para ocorrer em até 12 meses. Durante o período findo em 30 de junho de 2022, já foram pagos R\$47.500.

b) Cronograma de pagamentos

A seguir, apresentamos a composição por ano de vencimento dos montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamentos e licenças 5G em 30 de junho de 2022.

Consolidado				
Período	Empréstimos e financiamentos - Instituições financeiras	Arrendamentos	Licenças 5G	Total
13 a 24 meses	1.055.223	2.857.568	653.586	4.566.377
25 a 36 meses	-	2.009.034	50.426	2.059.460
37 a 48 meses	-	1.449.725	50.426	1.500.151
49 a 60 meses	-	1.004.418	50.426	1.054.844
A partir de 61 meses	-	1.890.201	705.967	2.596.168
Total	1.055.223	9.210.946	1.510.832	11.777.001

c) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G, retenção contratual e contraprestação contingente.

Notas Explicativas

	Consolidado							Total
	Empréstimos e financiamentos - Instituições financeiras	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento - fornecedores	Licenças 5G	Retenção contratual Oi - Aquisição da Garliava (nota 1.c.2)	Contraprestação contingente - Aquisição da Garliava (nota 1.c.2)	
Saldo em 31.12.20	112	2.044.576	10.818.778	375.700	-	-	-	13.239.166
Ingressos	-	-	1.682.953	182.067	-	-	-	1.865.020
Encargos financeiros (nota 27)	17	16.144	381.321	4.934	-	-	-	402.416
Custos de emissão	-	529	-	-	-	-	-	529
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(125.679)	-	-	-	-	(125.679)
Baixas (pagamentos)	(50)	(1.020.315)	(1.288.251)	(128.292)	-	-	-	(2.436.908)
Saldo em 30.06.21	79	1.040.934	11.469.122	434.409	-	-	-	12.944.544
Ingressos	-	-	1.430.396	39.773	4.459.442	-	-	5.929.611
Encargos financeiros	3	33.642	447.389	2.965	37.800	-	-	521.799
Custos de emissão	-	553	-	-	-	-	-	553
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(144.485)	-	-	-	-	(144.485)
Baixas (pagamentos)	(28)	(46.666)	(1.972.323)	(252.591)	(46.436)	-	-	(2.318.044)
Saldo em 31.12.21	54	1.028.463	11.230.099	224.556	4.450.806	-	-	16.933.978
Ingressos	1.000.000	-	1.770.737	-	-	-	-	2.770.737
Variação cambial	112.622	-	-	-	-	-	-	112.622
Encargos financeiros (nota 27)	(22.813)	10.549	608.692	1.547	268.048	11.348	1.457	878.828
Combinação de negócios (nota 1.c.2)	-	-	712.888	-	-	488.458	110.205	1.311.551
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(39.543)	-	-	-	-	(39.543)
Baixas (pagamentos)	(26)	(1.039.012)	(1.780.627)	(183.841)	(2.534.563)	-	(47.500)	(5.585.569)
Saldo em 30.06.22	1.089.837	(0)	12.502.246	42.262	2.184.291	499.806	64.162	16.382.604

d) Captações e pagamentos

A seguir, apresentamos um resumo das captações e dos pagamentos ocorridos durante o semestre findo em 30 de junho de 2022.

	Consolidado				
	Ingressos	Combinação de negócios	Pagamentos		
			Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos - Instituições financeiras	1.000.000	-	(26)	-	(26)
PSI	-	-	(26)	-	(26)
Lei nº 4.131	1.000.000	-	-	-	-
Debêntures	-	-	(1.000.000)	(39.012)	(1.039.012)
5ª emissão	-	-	(1.000.000)	(39.012)	(1.039.012)
Financiamentos - Fornecedores	-	-	(180.374)	(3.467)	(183.841)
Arrendamentos	1.770.737	712.888	(1.187.442)	(593.185)	(1.780.627)
Licenças 5G	-	-	(2.389.706)	(144.857)	(2.534.563)
Retenção contratual Oi - Aquisição da Garliava	-	488.458	-	-	-
Contraprestação contingente - Aquisição da Garliava	-	110.205	(47.500)	-	(47.500)
Total	2.770.737	1.311.551	(4.805.048)	(780.521)	(5.585.569)

Notas Explicativas

21) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	618.219	615.083	807.308	619.881
Alienação de ativos imobilizados (2)	83.788	91.058	83.788	91.058
Subvenções governamentais	33.698	39.341	33.698	39.341
Outras	8.112	8.230	8.112	8.230
Total	743.817	753.712	932.906	758.510
Circulante	572.591	599.873	761.545	604.646
Não circulante	171.226	153.839	171.361	153.864

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

22) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	669.947	645.209	675.275	649.817
Obrigações com a ANATEL (1)	557.694	565.123	560.693	565.123
Retenções de terceiros (2)	206.537	175.989	211.326	181.818
Valores a restituir a clientes	49.452	43.144	50.966	43.964
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	126.230	128.731	140.260	137.861
Outras obrigações	38.439	53.149	36.073	52.368
Total	1.648.299	1.611.345	1.674.593	1.630.951
Circulante	454.300	450.983	475.632	466.342
Não circulante	1.193.999	1.160.362	1.198.961	1.164.609

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal (notas 1.b e 14).

(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/1976, artigo 166, inciso IV ("Lei das S.A.") estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da AGE convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da referida lei.

Notas Explicativas

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era de R\$63.571.416, representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

A seguir, apresentamos a composição do capital social em 30 de junho de 2022.

	Total	
	Quantidade	%
Acionistas		
<u>Grupo Controlador</u>	1.244.241.119	74,20%
Telefônica	503.329.803	30,01%
Telefônica Latinoamérica Holding	407.279.213	24,29%
SP Telecomunicações Participações	332.695.590	19,84%
Telefônica Chile	936.513	0,06%
Outros acionistas	426.410.952	25,43%
Ações em tesouraria	6.286.200	0,37%
Total de ações emitidas	1.676.938.271	100,00%
Ações em tesouraria	(6.286.200)	
Total de ações em circulação	1.670.652.071	

b) Reservas de capital

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item b, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Com relação às ações em tesouraria, tivemos os seguintes eventos no semestre findo em 30 de junho de 2022:

- Cancelamento de ações em tesouraria: em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o cancelamento de 14.046.652 ações ordinárias, posição de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$606.536. A contabilização deste cancelamento foi realizada em contrapartida a “Reservas de Capital”.
- Recompra de ações: recompra de 6.286.200 ações ordinárias, no montante total de R\$313.381, decorrente do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia (nota 23.f).

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2022 era de R\$443.244 (R\$754.443 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reservas de lucro

As informações das reservas de lucro são as mesmas da nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item c, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2022 era de R\$3.539.048 (R\$3.504.656 em 31 de dezembro de 2021).

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

d.1) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2022

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas (“AGO”) a ser realizada em 2023, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários, relativo ao exercício social de 2022, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 683/12, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2022, conforme segue:

Notas Explicativas

Datas					
Aprovação	Crédito	Limite para pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
16/02/22	25/02/22	até 31/07/23	180.000	153.000	0,091286
17/03/22	31/03/22	até 31/07/23	250.000	212.500	0,126898
13/04/22	29/04/22	até 31/07/23	150.000	127.500	0,076179
14/06/22	30/06/22	até 31/07/23	480.000	408.000	0,244216
Total			1.060.000	901.000	

d.2) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos de 2021

Em AGO realizada em 26 de abril de 2022, foram aprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e destinações do resultado do exercício de 2021. Os detalhes das destinações do resultado são os mesmos divulgados na nota explicativa 24) Patrimônio Líquido, item d), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Tendo em vista as aquisições de ações próprias mantidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia, ocorridas no semestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia divulgou um Comunicado ao Mercado em 26 de abril de 2022, informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto no montante de R\$2.028.524 foi atualizado para 1,21200233929. Este dividendo será pago em 18 de outubro de 2022, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de abril de 2022.

Datas						
Natureza	Aprovação	Crédito	Pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
JSCP	12/02/21	26/02/21	19/07/22	150.000	127.500	0,075561
JSCP	18/03/21	31/03/21	19/07/22	270.000	229.500	0,136084
JSCP	15/04/21	30/04/21	19/07/22	280.000	238.000	0,141197
JSCP	17/06/21	30/06/21	19/07/22	630.000	535.500	0,317815
JSCP	16/09/21	30/09/21	19/07/22	600.000	510.000	0,303695
JSCP	10/12/21	27/12/21	19/07/22	805.000	684.250	0,408035
Dividendos	10/12/21	27/12/21	18/10/22	1.500.000	1.500.000	0,894487
Dividendos	26/04/22	26/04/22	18/10/22	2.028.524	2.028.524	1,209659
Total				6.263.524	5.853.274	

d.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, não houve a prescrição de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos.

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.20	(8.791)	(4.147)	78.826	65.888
Perdas com conversão	-	-	(9.178)	(9.178)
Perdas com derivativos	-	(4.061)	-	(4.061)
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(115)	-	-	(115)
Saldos em 30.06.21	(8.906)	(8.208)	69.648	52.534
Ganhos com conversão	-	-	7.992	7.992
Ganhos com derivativos	-	7.799	-	7.799
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(168)	-	-	(168)
Saldos em 31.12.21	(9.074)	(409)	77.640	68.157
Perdas com conversão	-	-	(19.017)	(19.017)
Ganhos com derivativos	-	2.733	-	2.733
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(34)	-	-	(34)
Saldos em 30.06.22	(9.108)	2.324	58.623	51.839

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso XV do Estatuto Social e da Instrução CVM nº 567/2015, aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante das últimas Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia com data base de 31 de dezembro 2021 e consideradas as exceções referidas no artigo 7º, § 1º, da ICVM 567/2015 (R\$ 649,4 milhões).

Este programa terá vigência até 22 de fevereiro de 2023, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos no Programa e na regulamentação aplicável.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, foram adquiridas 6.286.200 ações ordinárias, no montante total de R\$313.381.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos semestres. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

Notas Explicativas

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias	762.672	1.344.945	1.518.886	2.287.080
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.672.837	1.686.812	1.674.323	1.686.285
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	0,46	0,80	0,91	1,36

h) Participação de acionistas não controladores

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021, as informações consolidadas apresentavam montantes de participação de acionistas controladores e não controladores, como segue:

	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	Total
Patrimônio líquido em 31.12.21	76.855	81.185	158.040
Companhia	38.440	40.600	79.040
Acionistas não controladores	38.415	40.585	79.000
Movimentos de resultado do semestre	(48.964)	2.299	(46.665)
Companhia	(24.487)	1.150	(23.337)
Acionistas não controladores	(24.477)	1.149	(23.328)
Patrimônio líquido em 30.06.22	27.891	83.484	111.375
Companhia	13.953	41.750	55.703
Acionistas não controladores	13.938	41.734	55.672

i) Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021, apresentamos a reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado, para o semestre findo em 30 de junho de 2022.

Lucro líquido da Controladora no semestre	1.518.886
Participação de acionistas não controladores	(23.328)
Cloud Co	(24.477)
IoT Co	1.149
Lucro líquido Consolidado no semestre	1.495.558

Notas Explicativas

24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Receita operacional bruta	16.222.860	15.607.112	32.519.106	31.559.308
Serviços (1)	14.571.349	14.232.938	29.148.981	28.599.617
Mercadorias (2)	1.651.511	1.374.174	3.370.125	2.959.691
Deduções da receita operacional bruta	(4.997.749)	(5.032.523)	(10.090.320)	(10.205.741)
Tributos	(3.137.271)	(3.186.065)	(6.280.358)	(6.449.826)
Serviços	(2.797.528)	(2.922.764)	(5.593.849)	(5.883.832)
Mercadorias	(339.743)	(263.301)	(686.509)	(565.994)
Descontos concedidos e devoluções	(1.860.478)	(1.846.458)	(3.809.962)	(3.755.915)
Serviços	(1.327.286)	(1.413.058)	(2.720.385)	(2.794.219)
Mercadorias	(533.192)	(433.400)	(1.089.577)	(961.696)
Receita operacional líquida	11.225.111	10.574.589	22.428.786	21.353.567
Serviços	10.446.535	9.897.116	20.834.747	19.921.566
Mercadorias	778.576	677.473	1.594.039	1.432.001

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Receita operacional bruta	16.980.686	15.695.673	33.450.573	31.731.599
Serviços (1)	15.329.172	14.318.764	30.078.344	28.767.419
Mercadorias (2)	1.651.514	1.376.909	3.372.229	2.964.180
Deduções da receita operacional bruta	(5.149.377)	(5.046.192)	(10.267.644)	(10.233.179)
Tributos	(3.275.627)	(3.199.574)	(6.444.454)	(6.477.019)
Serviços	(2.935.839)	(2.935.644)	(5.757.611)	(5.910.031)
Mercadorias	(339.788)	(263.930)	(686.843)	(566.988)
Descontos concedidos e devoluções	(1.873.750)	(1.846.618)	(3.823.190)	(3.756.160)
Serviços	(1.340.559)	(1.413.226)	(2.733.658)	(2.794.472)
Mercadorias	(533.191)	(433.392)	(1.089.532)	(961.688)
Receita operacional líquida	11.831.309	10.649.481	23.182.929	21.498.420
Serviços	11.052.774	9.969.894	21.587.075	20.062.916
Mercadorias	778.535	679.587	1.595.854	1.435.504

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de três meses findos em							
	30.06.22				30.06.21			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(221.058)	(730.615)	(176.183)	(1.127.856)	(180.512)	(643.640)	(134.276)	(958.428)
Serviços de terceiros	(2.014.316)	(1.481.223)	(251.676)	(3.747.215)	(1.922.994)	(1.490.602)	(224.735)	(3.638.331)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(287.571)	(16.991)	(12.698)	(317.260)	(290.267)	(15.338)	(10.152)	(315.757)
Impostos, taxas e contribuições	(468.077)	(5.242)	(10.209)	(483.528)	(425.692)	(7.729)	(11.186)	(444.607)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(321.891)	-	(321.891)	-	(380.499)	-	(380.499)
Depreciação e amortização	(2.347.636)	(375.472)	(205.073)	(2.928.181)	(2.423.041)	(377.220)	(211.123)	(3.011.384)
Custo das mercadorias vendidas	(835.675)	-	-	(835.675)	(713.101)	-	-	(713.101)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(5.087)	(44.102)	(6.608)	(55.797)	(16.950)	(36.293)	(3.407)	(56.650)
Total	(6.179.420)	(2.975.536)	(662.447)	(9.817.403)	(5.972.557)	(2.951.321)	(594.879)	(9.518.757)

Notas Explicativas

Controladora								
Períodos de seis meses findos em								
	30.06.22				30.06.21			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(421.811)	(1.437.794)	(321.828)	(2.181.433)	(360.437)	(1.315.687)	(261.157)	(1.937.281)
Serviços de terceiros	(4.021.806)	(2.888.892)	(490.258)	(7.400.956)	(3.804.586)	(2.972.061)	(490.612)	(7.267.259)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(606.055)	(32.348)	(24.460)	(662.863)	(573.547)	(30.094)	(19.533)	(623.174)
Impostos, taxas e contribuições	(912.457)	(16.449)	(25.886)	(954.792)	(845.657)	(13.550)	(27.276)	(886.483)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(672.458)	-	(672.458)	-	(733.088)	-	(733.088)
Depreciação e amortização	(4.836.028)	(753.183)	(410.288)	(5.999.499)	(4.731.989)	(754.973)	(427.706)	(5.914.668)
Custo das mercadorias vendidas	(1.712.665)	-	-	(1.712.665)	(1.483.899)	-	-	(1.483.899)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(22.033)	(68.993)	(13.418)	(104.444)	(31.644)	(80.392)	(11.529)	(123.565)
Total	(12.532.855)	(5.870.117)	(1.286.138)	(19.689.110)	(11.831.759)	(5.899.845)	(1.237.813)	(18.969.417)

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.06.22				30.06.21			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(271.806)	(736.285)	(184.891)	(1.192.982)	(205.908)	(647.034)	(140.249)	(993.191)
Serviços de terceiros	(2.234.181)	(1.499.020)	(254.519)	(3.987.720)	(1.917.455)	(1.490.186)	(227.967)	(3.635.608)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(291.486)	(16.716)	(13.133)	(321.335)	(290.379)	(14.589)	(10.845)	(315.813)
Impostos, taxas e contribuições	(502.789)	(5.242)	(10.334)	(518.365)	(433.259)	(7.730)	(11.344)	(452.333)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(344.310)	-	(344.310)	-	(379.732)	-	(379.732)
Depreciação e amortização	(2.510.231)	(379.989)	(206.745)	(3.096.965)	(2.423.792)	(377.320)	(212.319)	(3.013.431)
Custo das mercadorias vendidas	(834.396)	-	-	(834.396)	(715.191)	-	-	(715.191)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(22.520)	(46.172)	(6.773)	(75.465)	(18.611)	(36.295)	(3.505)	(58.411)
Total	(6.667.409)	(3.027.734)	(676.395)	(10.371.538)	(6.004.595)	(2.952.886)	(606.229)	(9.563.710)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Períodos de seis meses findos em							
	30.06.22				30.06.21			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(512.088)	(1.449.238)	(339.723)	(2.301.049)	(410.503)	(1.323.775)	(271.409)	(2.005.687)
Serviços de terceiros	(4.299.894)	(2.897.432)	(495.469)	(7.692.795)	(3.806.958)	(2.967.401)	(496.302)	(7.270.661)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(610.031)	(31.817)	(25.644)	(667.492)	(574.934)	(28.435)	(21.080)	(624.449)
Impostos, taxas e contribuições	(952.710)	(16.449)	(26.087)	(995.246)	(857.145)	(13.550)	(27.556)	(898.251)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(699.522)	-	(699.522)	-	(743.634)	-	(743.634)
Depreciação e amortização (1)	(4.999.862)	(757.765)	(413.450)	(6.171.077)	(4.733.436)	(755.173)	(430.109)	(5.918.718)
Custo das mercadorias vendidas	(1.712.266)	-	-	(1.712.266)	(1.487.710)	-	-	(1.487.710)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(40.932)	(71.081)	(13.767)	(125.780)	(34.380)	(80.398)	(12.001)	(126.779)
Total	(13.127.783)	(5.923.304)	(1.314.140)	(20.365.227)	(11.905.066)	(5.912.366)	(1.258.457)	(19.075.889)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$1.423.011 e R\$1.314.098 para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.c).

26) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Multas e despesas recuperadas (1)	191.462	1.634.073	318.142	1.848.970
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 19) (2)	(178.824)	(875.557)	(331.360)	(849.699)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	163.041	155.558	330.369	223.731
Outras receitas (despesas) operacionais	(152.462)	(221.048)	(208.639)	(316.215)
Total	23.217	693.026	108.512	906.787
Outras receitas operacionais	354.503	1.789.631	648.511	2.072.701
Outras despesas operacionais	(331.286)	(1.096.605)	(539.999)	(1.165.914)
Total	23.217	693.026	108.512	906.787

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Multas e despesas recuperadas (1)	196.329	1.634.117	323.654	1.849.333
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 19) (2)	(179.931)	(875.283)	(329.454)	(850.954)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	160.740	155.512	326.593	222.985
Outras receitas (despesas) operacionais	(155.520)	(224.231)	(219.896)	(318.313)
Total	21.618	690.115	100.897	903.051
Outras receitas operacionais	357.069	1.789.629	650.247	2.072.318
Outras despesas operacionais	(335.451)	(1.099.514)	(549.350)	(1.169.267)
Total	21.618	690.115	100.897	903.051

(1) Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, inclui os créditos fiscais, no montante de R\$1.548.686, oriundos da decisão proferida pelo STF em 13 de maio de 2021 para o *Leading Case* RE574706 e decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota 9.

(2) Os montantes do 1º semestre de 2021, incluem os efeitos da reversão de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

27) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	81.766	57.006	237.484	85.634
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	38.141	24.642	74.331	45.898
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	246.552	30.088	280.268	61.945
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	68.099	598.838	163.434	619.873
Outras receitas financeiras	17.942	13.427	43.027	24.748
Total	452.500	724.001	798.544	838.098
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e retenção contratual	(373.289)	(213.989)	(857.791)	(402.356)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(112.622)	-	(112.622)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(185.582)	(52.345)	(264.727)	(78.265)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(86.166)	(26.208)	(134.116)	(61.441)
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 19)	(217.202)	(534.786)	(433.220)	(627.415)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(33.109)	11.395	(45.100)	(23.288)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(28.532)	(65.891)	(65.689)	(117.259)
Total	(1.036.502)	(881.824)	(1.913.265)	(1.310.024)
Resultado financeiro, líquido	(584.002)	(157.823)	(1.114.721)	(471.926)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	95.247	59.348	258.092	89.205
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	39.801	24.770	76.125	46.249
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	246.552	30.088	280.268	61.945
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	71.936	598.700	170.307	621.574
Outras receitas financeiras	20.514	13.448	48.098	24.802
Total	474.050	726.354	832.890	843.775
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e retenção contratual (nota 20) (2)	(394.178)	(214.024)	(878.828)	(402.416)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(112.622)	-	(112.622)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(185.582)	(52.345)	(264.727)	(78.265)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(90.781)	(26.362)	(140.078)	(62.145)
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 19)	(227.190)	(536.152)	(444.336)	(630.686)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(34.582)	11.602	(49.309)	(24.089)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(30.180)	(66.424)	(68.041)	(118.100)
Total	(1.075.115)	(883.705)	(1.957.941)	(1.315.701)
Resultado financeiro, líquido	(601.065)	(157.351)	(1.125.051)	(471.926)

(1) Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, inclui a atualização monetária, no montante de R\$573.356, oriundos da decisão proferida pelo STF em 13 de maio de 2021 para o *Leading Case* RE574706 e decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota 9.

(2) Inclui os montantes consolidados de R\$608.692 e R\$381.321 para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos (nota 20.d).

28) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
- Serviço de consultoria de construção de rede de fibra ótica.
- Valores referentes a parcelas a receber em decorrência da venda de participação societária e aportes de capital.
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
- Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.

Notas Explicativas

- g) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
- h) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
- i) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *Roaming*.
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.
- l) Valores a serem ressarcidos pela SP Telecomunicações Participações em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks Brasil S.A.
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.
- n) Aluguel de prédios, circuito de dados e ou infraestrutura.
- o) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
- p) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
- q) Valores a receber em decorrência da venda de ativos.
- r) Operações de torres entre a companhia e a Telxius Torres Brasil. Alienação de ativos de infraestrutura de propriedade da companhia, em conjunto com a sessão dos contratos de compartilhamento, com posterior cessão de uso de espaço das referidas infraestruturas para a Companhia. Em decorrência da alienação da divisão de torres da Telxius Telecom para a American Tower International, Inc., a partir do exercício de 2021, os valores relativos a ativos e passivos deixaram de ser apresentados como partes relacionadas e os valores relacionados à demonstração do resultado estão sendo apresentados para o período de janeiro a maio de 2021.

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

Notas Explicativas

		Balanco Patrimonial - Ativo					
		30.06.22			31.12.21		
	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	n) l)	-	1	12.969	-	1	10.315
Telefônica Latinoamerica Holding	d)	-	-	8.053	-	-	24.879
Telefônica	d)	-	-	14.881	-	-	4.825
		-	1	35.903	-	1	40.019
Outras empresas do grupo							
Telefônica Global Solutions Participações	a) / d) / n)	-	4.020	89	-	3.632	109
Telefônica Venezuelana	d) / k)	-	7.876	2.196	-	8.016	2.196
Telefônica Móviles España	k)	-	1.459	-	-	1.956	-
Telefônica Factoring do Brasil	d) / o)	-	927	83	-	2.187	80
Telefônica Global Solutions S.L.	f) / j) / k)	-	17.700	-	-	18.183	-
Telefônica Moviles Argentina	j) / k)	-	6.153	-	-	6.352	-
Telfisa Global BV	i)	52.458	-	-	66.682	-	-
Telxius Cable Brasil	a)	-	1.942	165	-	3.915	1.221
Telefônica Infra, S.L	c)	-	-	458.304	-	-	446.317
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	b)	-	10.850	42.087	-	12.167	53.088
Telefônica IoT Big Data Tech	c) / d)	-	-	50.366	-	3.229	66.604
Telefônica Cybercloud Tech Esp	c)	-	-	19.163	-	-	49.286
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	n)	-	4.476	2.801	-	1.772	1.280
Terra Networks México	e)	-	2.804	-	-	-	-
Telefônica de Argentina	g)	-	6.949	-	-	-	-
Outras		-	5.595	7.283	-	5.727	6.088
		52.458	70.751	582.537	66.682	67.136	626.269
Total		52.458	70.752	618.440	66.682	67.137	666.288
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		52.458	-	-	66.682	-	-
Contas a receber (nota 5)		-	70.752	-	-	67.137	-
Outros ativos (nota 11)		-	-	258.430	-	-	301.427
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 11)		-	-	360.010	-	-	364.861

Notas Explicativas

		Balço Patrimonial - Passivo			
		30.06.22		31.12.21	
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	l)	-	27.688	-	26.855
Telefónica Latinoamerica Holding	d)	4.970	-	4.983	-
Telefónica	d) / m)	5.977	102.694	4.969	97.996
		10.947	130.382	9.952	124.851
Outras empresas do grupo					
Telefónica Global Solutions Participações	f) / k)	28.894	318	45.493	318
Telefónica Compras Electrónica	g)	20.066	-	33.215	-
Telefónica Digital España	h)	95.374	-	69.966	-
Telefónica Factoring do Brasil	d) / o)	-	3.795	-	7.253
Telefónica Global Technology	e)	21.382	-	9.448	-
Telefónica Global Solutions S.L.	f) / j) / k)	36.439	-	41.630	-
Telxius Cable Brasil	f)	39.983	1.572	44.229	1.572
Telefónica Cyber Tech Brasil	b) / e) / j)	66.034	127	59.886	37
Companhia AIX Participações	p)	-	68.754	2.238	70.845
Telefónica. IoT Big Data Tech	h)	47.425	-	21.706	-
Telefónica. Cybercloud Tech Esp	h)	12.235	-	12.153	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	b)	58.421	3.520	54.619	3.267
Outras		27.830	546	38.212	563
		454.083	78.632	432.795	83.855
Total		465.030	209.014	442.747	208.706
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 16)		465.030	-	442.747	-
Arrendamento (nota 20)		-	24.311	-	25.801
Outros passivos (nota 22)		-	140.260	-	134.221
Passivo não circulante					
Arrendamento (nota 20)		-	44.443	-	45.044
Outros passivos (nota 22)		-	-	-	3.640

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados					
		1º Semestre de 2022			1º Semestre de 2021		
	Natureza da transação	Receita operacional	Receitas (custos, despesas e outras despesas) operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	Receitas (custos, despesas e outras despesas) operacionais	Resultado financeiro
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	n) / l)	-	2.906	(750)	5	280	-
Telefónica Latinoamerica Holding	d)	-	2.012	(599)	-	3.052	(1.474)
Telefónica	m)	-	(218.917)	7.277	-	(217.755)	7.374
		-	(213.999)	5.928	5	(214.423)	5.900
Outras empresas do grupo							
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / n)	3.041	12.670	-	-	-	-
Telefónica Infra, S.L	c)	-	-	11.987	-	-	-
Telefónica Global Solutions Participações	a) / f) / k) / n)	3.730	(43.776)	-	3.050	(50.593)	-
Telefónica Digital España	h)	-	(85.349)	3.261	-	(71.995)	2.235
Telefónica Factoring do Brasil	d) / o)	2	420	(3.795)	-	126	(1.163)
Telefónica Global Technology	e)	-	(36.580)	(649)	-	(41.446)	1.002
Telefónica Global Solutions S.L.	f) / j) / k)	28.163	(37.357)	594	27.911	(28.393)	402
Telefónica USA	f) / j)	-	(9.171)	442	294	(13.364)	(134)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f)	6.889	(117.085)	3.630	36.311	(120.321)	2.930
Telefónica Cyber Tech Brasil	b) / d) / e) / j) / n)	1.025	(65.300)	-	749	(51.173)	-
Companhia AIX Participações	p)	17	(240)	(8.272)	9	-	(1.574)
Telefónica Compras Electrónica S.L.	g)	-	(6.815)	-	-	(16.365)	-
Telxius Torres Brasil	n) / r)	-	-	-	4.114	(2.534)	(43.205)
Telefónica IoT Big Data Tech	d) / h)	-	(47.765)	2.584	-	(32.150)	2.549
Terra Networks México	e)	2.673	(1.368)	851	-	(1.930)	13
Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech	h)	-	(12.290)	757	-	(10.624)	859
Outras		2.953	(6.825)	(499)	885	(28.010)	347
		48.493	(456.831)	10.891	73.323	(468.772)	(35.739)
Total		48.493	(670.830)	16.819	73.328	(683.195)	(29.839)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 foi de R\$16.323 e R\$15.698, respectivamente. Destes montantes, R\$10.616 (R\$9.692 em 30 de junho de 2021) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$5.707 (R\$6.006 em 30 de junho de 2021) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 30) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Os principais planos em vigor em 30 de junho de 2022 eram:

- Talent for the Future Share Plan ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 140 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 112.400 ações da Telefônica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 176 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 302.500 ações da Telefônica.

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 141 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 301.000 ações da Telefônica.

- Performance Share Plan ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 78 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 483.779 ações da Telefônica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 86 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.714.088 ações da Telefônica.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R\$107.481 e R\$109.682, respectivamente, incluindo tributos.

30) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS, Cloud Co e IoT Co
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS, Cloud Co e IoT Co

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 31) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A seguir, apresentamos a movimentação e saldos consolidados dos planos superavitários e deficitários:

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.20	165.062	(954.581)	(789.519)
Custo do serviço corrente	(923)	(10.849)	(11.772)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	5.983	(37.670)	(31.687)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	594	11.321	11.915
Distribuição de reservas	(43.950)	-	(43.950)
Saldos em 30.06.21	126.766	(991.779)	(865.013)
Custo do serviço corrente	(923)	(10.850)	(11.773)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	5.982	(37.669)	(31.687)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	375	4.480	4.855
Efeitos em resultados abrangentes	10.922	386.001	396.923
Distribuição de reservas	(47.971)	-	(47.971)
Saldos em 31.12.21	95.151	(649.817)	(554.666)
Custo do serviço corrente	(692)	(7.070)	(7.762)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	4.376	(28.611)	(24.235)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	557	10.223	10.780
Distribuição de reservas	(51.736)	-	(51.736)
Saldos em 30.06.22	47.656	(675.275)	(627.619)
Em 31.12.21			
Ativo circulante	90.538	-	90.538
Ativo não circulante	4.613	-	4.613
Passivo circulante	-	(19.946)	(19.946)
Passivo não circulante	-	(629.871)	(629.871)
Em 30.06.22			
Ativo circulante	42.956	-	42.956
Ativo não circulante	4.700	-	4.700
Passivo circulante	-	(19.946)	(19.946)
Passivo não circulante	-	(655.329)	(655.329)

31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

Notas Explicativas

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	30.06.22	31.12.21	Valor a receber (a pagar)	
30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21	
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	1.464.942	285.243	231.427	60.884
Moeda estrangeira	1.428.866	243.812	173.546	116
US\$ (1) (2)	1.191.779	148.060	172.580	-
EUR (1)	85.670	90.114	-	-
NDF US\$ (4)	151.417	5.638	966	116
Índices de inflação	36.076	41.431	57.881	60.768
IPCA (3)	36.076	41.431	57.881	60.768
Ponta Passiva	(1.464.942)	(285.243)	(186.558)	(73.560)
Taxa pós	(1.313.525)	(279.605)	(184.017)	(73.560)
CDI (1) (2) (3)	(1.313.525)	(279.605)	(184.017)	(73.560)
Taxa pré	(151.417)	(5.638)	(2.541)	-
NDF US\$ (4)	(151.417)	(5.638)	(2.541)	-
Ponta ativa			231.427	60.884
Circulante			19.388	6.451
Não Circulante			212.039	54.433
Ponta passiva			(186.558)	(73.560)
Circulante			(113.779)	(4.538)
Não Circulante			(72.779)	(69.022)
Valores a receber (pagar), líquidos			44.869	(12.676)

- (1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$86.059) e (dólar e CDI x dólar) (R\$197.381) – operações de swap contratadas com vencimentos até 19 de agosto de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$90.520 em euro e libra, e de R\$110.540 em dólar).
- (2) Swap de moeda estrangeira (dólar e CDI x dólar) (R\$1.112.621) – operações de swap contratadas com vencimentos até 23 de setembro de 2023, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial dos fluxos a pagar no empréstimo de Lei nº 4.131 (valor contábil de R\$1.112.621 em dólar).
- (3) Swap IPCA x CDI (R\$221.783) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$221.783).
- (4) NDF dólar x R\$ (R\$171.793) – operações a termo contratadas com vencimentos até 21 de dezembro de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$171.793 em dólar).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 30 de junho de 2022:

	Consolidado						
	Vencimento em						
	1 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	A partir de 61 meses	Valor a receber (pagar) em 30.06.22
Contrato de <i>swap</i>							
Moeda Estrangeira x CDI	(99.599)	160.941	-	-	-	-	61.342
CDI x Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
IPCA x CDI	6.783	5.804	5.389	4.886	4.348	(42.108)	(14.898)
NDF US\$ x Pré	(1.575)	-	-	-	-	-	(1.575)
Total	(94.391)	166.745	5.389	4.886	4.348	(42.108)	44.869

Notas Explicativas

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados positivos de R\$15.541 e negativos de R\$16.320, respectivamente (nota 27).

a.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/2008 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de junho de 2022.

Notas Explicativas

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	86.059	107.574	129.089
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(93.571)	(116.964)	(140.357)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	3.070	3.837	4.604
	Exposição Líquida	(4.442)	(5.553)	(6.664)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	1.310.003	1.637.503	1.965.004
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(1.329.095)	(1.661.368)	(1.993.642)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	105.933	132.416	158.899
	Exposição Líquida	86.841	108.551	130.261
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	221.783	203.278	187.163
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(221.783)	(203.278)	(187.163)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	171.793	214.741	257.689
OPex em US\$	OPex (Risco aumento US\$)	(171.793)	(214.741)	(257.689)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	1.310.003	1.270.377	1.236.149
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(177.317)	(177.317)	(177.317)
	Exposição Líquida	1.132.686	1.093.060	1.058.832
Exposição líquida total em cada cenário		1.215.085	1.196.058	1.182.429
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(19.027)	(32.656)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de junho de 2022 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,2380	6,5475	7,8570
EUR	5,4433	7,9009	9,4811
IPCA	11,73%	14,66%	17,60%
IGPM	10,72%	13,40%	16,08%
CDI	13,15%	16,44%	19,73%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2022, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

b) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos períodos demonstrados nos quadros a seguir, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

			Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		2.444.230	6.187.360	2.444.230	6.187.360
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		953	30.109	953	30.109
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		8.192.497	8.064.097	8.192.497	8.064.097
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	18.422	6.451	18.422	6.451
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	966	-	966	-
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		76.342	132.963	76.342	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado		215.572	218.536	215.572	218.536
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		36.550	37.044	36.550	37.044
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		422.536	470.882	422.536	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	212.039	54.433	212.039	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		78.856	97.523	78.856	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado		340.637	332.721	340.637	332.721
Total de ativos financeiros			12.039.600	15.632.119	12.039.600	15.632.119
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		8.235.851	7.085.058	8.235.851	7.085.058
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		76.876	224.606	76.876	224.606
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.148.934	2.903.797	3.148.934	2.903.797
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		-	1.028.463	-	1.028.787
Licenças 5G (nota 20)	Custo amortizado		673.459	2.746.342	673.459	2.746.342
Retenção contratual (nota 20)	Custo amortizado		499.806	-	499.806	-
Contraprestação contingente (nota 20)	Custo amortizado		64.162	-	64.162	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	111.238	-	111.238	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	2.541	4.538	2.541	4.538
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	Custo amortizado		18.547	47.976	18.547	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 22)	Custo amortizado		49.452	43.144	49.452	43.144
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	Custo amortizado		125.240	127.729	125.240	127.729
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.055.223	4	1.055.223	4
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.613.100	8.317.073	8.613.100	8.317.073
Licenças 5G (nota 20)	Custo amortizado		1.510.832	1.704.464	1.510.832	1.704.464
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	72.779	69.022	72.779	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	Custo amortizado		539.147	517.147	539.147	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	Custo amortizado		990	1.002	990	1.002
Total de passivos financeiros			24.798.177	24.820.365	24.798.177	24.820.689

Notas Explicativas

			Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		3.131.411	6.448.483	3.131.411	6.448.483
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		953	30.109	953	30.109
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		8.563.163	8.100.269	8.563.163	8.100.269
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	18.422	6.451	18.422	6.451
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	966	-	966	-
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		76.342	132.963	76.342	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado		258.430	301.427	258.430	301.427
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		36.743	37.238	36.743	37.238
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		422.536	470.882	422.536	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	212.039	54.433	212.039	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	Custo amortizado		78.856	97.523	78.856	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	Custo amortizado		360.010	364.861	360.010	364.861
Total de ativos financeiros			13.159.871	16.044.639	13.159.871	16.044.639
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		8.489.547	7.132.402	8.489.547	7.132.402
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		76.876	224.606	76.876	224.606
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.291.300	2.907.481	3.291.300	2.907.481
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		-	1.028.463	-	1.028.787
Licenças 5G (nota 20)	Custo amortizado		673.459	2.746.342	673.459	2.746.342
Retenção contratual (nota 20)	Custo amortizado		499.806	-	499.806	-
Contraprestação contingente (nota 20)	Custo amortizado		64.162	-	64.162	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	111.238	-	111.238	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	2.541	4.538	2.541	4.538
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	Custo amortizado		21.546	47.976	21.546	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 22)	Custo amortizado		50.966	43.964	50.966	43.964
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	Custo amortizado		140.260	134.221	140.260	134.221
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		1.055.223	4	1.055.223	4
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	9.210.946	8.322.618	9.210.946	8.322.618
Licenças 5G (nota 20)	Custo amortizado		1.510.832	1.704.464	1.510.832	1.704.464
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado	Nível 2	72.779	69.022	72.779	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 22)	Custo amortizado		539.147	517.147	539.147	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 22)	Custo amortizado		-	3.640	-	3.640
Total de passivos financeiros			25.810.628	24.886.888	25.810.628	24.887.212

Notas Explicativas

c) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G, retenção contratual e contraprestação contingente decorrentes da aquisição da Garliava (nota 1.c.2) e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em FIDC e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Money).

d) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$31.703 mil, €15.744 mil e £66 mil a pagar em 30 de junho de 2022 e US\$21.129 mil, €14.124 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2021), para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.042.314 e R\$6.344.942 em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (CDBs) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Notas Explicativas

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

d.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos ambientais

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se a Companhia não conseguir cumprir requisitos legais presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, terá de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de investigação e remediação, indenizações, compensações, ajustamento de conduta, multas, suspensão de atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar as instalações ou alterar as operações, além de danos à reputação da Companhia frente ao mercado.

A identificação de novas questões ambientais relevantes, a alteração nos critérios de avaliação por parte das agências reguladoras, entrada em vigor de leis e regulamentos mais restritivos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos. A ocorrência de algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira e patrimonial da Companhia. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

As mudanças climáticas representam uma série de riscos ambientais potenciais para operadoras de telecomunicações, como a Companhia, tanto do ponto de vista regulatório quanto físico. O aumento na intensidade e frequência de eventos extremos de precipitação, ciclones, inundações e queimadas podem danificar, suspender ou interromper por um período indeterminado as operações de transmissão da Companhia. Se ocorrerem graves desastres naturais sucessivamente, a Companhia poderá não ter recursos suficientes para reparar sua infraestrutura em tempo oportuno e de forma econômica.

Em uma análise quantitativa realizada, nota-se que o aumento da temperatura afeta diretamente as condições operacionais dos equipamentos de rede da Companhia, provocando falhas, desgaste acelerado e perda de ativos e, portanto, aumenta os riscos de interrupções do serviço, sendo o resfriamento dos equipamentos essencial para a operação da Companhia. Logo, o aquecimento global, também pode elevar nossas necessidades de refrigeração, uso de energia e os custos operacionais aumentarem.

Notas Explicativas

O setor de telecomunicações não é especialmente dependente de combustíveis fósseis, mas é muito dependente do consumo de eletricidade para suas redes, de modo que um aumento nos preços da eletricidade devido à escassez de recursos naturais pode ter um impacto significativo nas despesas operacionais da Companhia, relacionadas à energia. O impacto econômico estimado desse risco o classifica como substantivo.

Para gerenciar os riscos climáticos, a Companhia promove programas de eficiência energética e planos de energia renovável e geração distribuída de energia, além de ter uma área dedicada de continuidade de negócios, orientada pelo *Global Business Continuity Regulation* (“GBC”), que prescreve a gestão preventiva de riscos, garantindo a resiliência de suas operações antes de qualquer eventual interrupção. A Companhia gerencia e demonstra todo ano o monitoramento dos riscos ambientais em auditorias com um organismo certificador externo e reporta anualmente em seu relatório integrado.

d.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; concorrência, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos; e obrigações ligadas à universalização dos serviços.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detém poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes.

Nesse sentido, importante ressaltar que consta na Agenda Regulatória 2021-2022 da ANATEL a revisão do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC (Resolução nº. 600, de 8 de novembro de 2012, atualizada pela Resolução nº. 694, de 17 de julho de 2018) que concentra, em um único instrumento normativo, um conjunto de medidas específicas destinadas à promoção da competição e estabelece os marcos para futuras reavaliações sobre o desempenho da competição setorial, que ocorre a cada 4 (quatro) anos, com a reavaliação dos Mercados Relevantes no setor, as medidas regulatórias assimétricas e os detentores de Poder de Mercado Significativo – PMS anteriormente estabelecidos pelo próprio regulamento.

Sem prejuízo da revisão do PGMC mencionada acima, a recente aquisição da UPI dos ativos móveis da OI MÓVEL S.A. pelas três maiores operadoras do mercado SMP brasileiro (Vivo, Claro e TIM) (“Operação”), despertou preocupações de ordem concorrencial identificadas pela ANATEL e pelo CADE, que impuseram remédios regulatórios a fim de preservar as condições de concorrência nos mercados relevantes afetados pela Operação, dentre os quais destacamos: (i) Oferta de Referência no Mercado Relevante de Roaming Nacional; (ii) Oferta de Referência para exploração do Serviço Móvel Pessoal – SMP por meio de Rede Virtual (MVNO); (iii) Oferta de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência; (iv) Oferta de Exploração Industrial de Rede.

No contexto acima, a adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Notas Explicativas

Com relação às tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

d.7) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 30 de junho de 2022, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

d.8) Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846/2013, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu programa de *compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança que garanta uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

32) COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

a) Compromissos contratuais

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de junho de 2022, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

Notas Explicativas

	Consolidado
1 a 12 meses	1.112.394
13 a 24 meses	986.344
25 a 36 meses	678.459
37 a 48 meses	300.774
49 a 60 meses	164.565
A partir de 61 meses	570.506
Total	3.813.042

b) Garantias

Em 30 de junho de 2022, a Companhia tinha garantias para diversos compromissos com a ANATEL, fornecedores e processos judiciais:

	Consolidado
Seguros garantia	22.829.021
Cartas fiança	4.453.837
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	2.821.271
Imóveis e equipamentos (nota 13.d)	81.053
Aplicações financeiras bloqueadas - Processos judiciais (nota 19)	36.743
Total	30.221.925

33) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Consolidado									
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento			Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.21	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos de arrendamentos	Combinação de negócios	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 30.06.22
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.265.715	-	(450)	-	-	-	-	2.930.990	7.196.255
Empréstimos e financiamentos	224.610	1.000.000	(180.400)	(3.467)	91.356	-	-	-	1.132.099
Arrendamentos	11.230.099	-	(1.187.442)	(593.185)	608.692	1.731.194	712.888	-	12.502.246
Debêntures	1.028.463	-	(1.000.000)	(39.012)	10.549	-	-	-	-
Retenção contratual Oi	-	-	-	-	11.348	-	488.458	-	499.806
Contraprestação contingente	-	-	(47.500)	-	1.457	-	110.205	-	64.162
Licenças 5G	4.450.806	-	(2.389.706)	(144.857)	268.048	-	-	-	2.184.291
Instrumentos financeiros derivativos	12.676	-	(31.095)	-	(26.450)	-	-	-	(44.869)
Total	21.212.369	1.000.000	(4.836.593)	(780.521)	965.000	1.731.194	1.311.551	2.930.990	23.533.990

Notas Explicativas

	Consolidado						Saldos em 30.06.21
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.20	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.865.998	(295)	-	-	-	2.719.924	6.585.627
Empréstimos e financiamentos	375.812	(123.355)	(4.987)	4.951	182.067	-	434.488
Arrendamentos	10.818.778	(917.219)	(371.032)	381.321	1.557.274	-	11.469.122
Debêntures	2.044.576	(1.000.000)	(20.315)	16.673	-	-	1.040.934
Instrumentos financeiros derivativos	5.564	(6.417)	-	23.830	-	-	22.977
Total	17.110.728	(2.047.286)	(396.334)	426.775	1.739.341	2.719.924	19.553.148

34) EVENTOS SUBSEQUENTES

7ª Emissão de debêntures da Companhia

Em 14 de julho de 2022, foi concretizada a integralização da 7ª emissão de debêntures da Companhia, em 2 séries, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$3.500.000 e concluída a liquidação da respectiva oferta pública com esforços restritos.

- A 1ª série, no valor nominal de R\$1.500.000, tem remuneração de CDI + 1,12% a.a.. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2025.
- A 2ª série, no valor nominal de R\$2.000.000, tem remuneração de CDI + 1,35% a.a.. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2027.

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (Debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG")), que permite sua classificação como "sustainability-linked", nos termos exigidos pela *International Capital Market Association nos Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Telefônica Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativo

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de fevereiro de 2022, sem modificação.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, foram

anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão datado de 23 de julho de 2021, sem modificação.

Outros assuntos

Os valores correspondentes à demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores independentes emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Nelson Varandas dos Santos
Contador CRC 1SP-197.110/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao segundo trimestre encerrado em 30 de Junho de 2022, e baseado nas discussões subsequentes, concorda que tais ITRs, refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. sobre as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2022, não havendo qualquer discordância com relação à tais ITRs.

São Paulo, 22 de julho de 2022.